

EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM ANGOLANA
EM VOZ DE ANGOLA – CLAMANDO NO DESERTO (1901)

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da
Informação de Especialidade**

Timóteo Sumbula Muhongo

Orientadora: Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

Abril de 2017

EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM ANGOLANA
EM VOZ DE ANGOLA – CLAMANDO NO DESERTO (1901)

**Dissertação de Mestrado em Terminologia e Gestão da
Informação de Especialidade**

Timóteo Sumbula Muhongo

Orientadora: Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino

Abril de 2017

Dissertação apresentada para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Terminologia e Gestão da Informação de Especialidade, realizada sob Orientação Científica da Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Tese de Mestrado é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Timóteo Lumbula Muhongo

Lisboa, 7 de Abril de 2017.

Declaro que esta Tese de Mestrado se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

Maria Tereza Rijo de Fonseca Lima

Lisboa, 7 de Abril de 2017.

« L'emprunt est un procédé qui a existé dans toutes les langues, à toutes les époques. »

Jean-François Sablayrolles, *in La Néologie en Français Contemporain*

SIGLAS E ABREVIATURAS

Adj.	-	-	-	-	-	-	Adjetivo
ANTT	-	-	-	-	-	-	Arquivo Nacional Torre do Tombo
ANU	-	-	-	-	-	-	Arquivo Nacional do Ultramar
<i>apud</i>	-	-	-	-	-	-	Citado por
BNP	-	-	-	-	-	-	Biblioteca Nacional de Portugal
<i>ibidem</i>	-	-	-	-	-	-	No mesmo lugar
L	-	-	-	-	-	-	Lexema
N	-	-	-	-	-	-	Nome
Pe.	-	-	-	-	-	-	Padre
S. Ex. ^a	-	-	-	-	-	-	Sua Excelência

AGRADECIMENTOS

A concretização da presente dissertação é, naturalmente, uma das consequências do nosso percurso pela Universidade Nova de Lisboa, sem jamais nos olvidarmos de que resulta de um processo de gestação de ponderações anteriores. Cabe-nos, por esta razão, o dever e a responsabilidade de expressar os mais reconhecidos agradecimentos às entidades, sem cujo tributo e apoio não nos seria possível a exequibilidade do trabalho, ora em suas mãos, nem o percurso pela referida Universidade.

Primeiramente, cabe-nos o dever de expressar um obrigado muito especial à Professora Doutora Maria Teresa Rijo da Fonseca Lino. Embora sobrecarregada pela acumulação de papéis que constituem o seu quotidiano, não hesitou um instante sequer em aceder ao pedido que lhe endereçámos, no sentido de orientar esta dissertação. O encorajamento, a concordância, a paciência que demonstrou, as sugestões que nos forneceu, a fiúza que em nós depositou, a liberdade de ação que nos concedeu, são apenas o exemplo e a postura indelével de uma verdadeira lente, cuja mente é um recetáculo de perpétuos e incríveis saberes.

Ao Estado Angolano, por providenciar o Projeto da Terminologia da Administração Pública e do Vocabulário Ortográfico Nacional.

A S. Ex.^a o Ministro do Ensino Superior, Professor Doutor Adão do Nascimento, por nos indicar para este grande privilégio que, confessamos, não esperávamos.

À Dra. Ana Paula Henriques e à Dra. Carla Cristina Vilarinho Queiroz expressamos um especial muito obrigado. À primeira agradecemos a sábia orientação, exortação e tudo quanto nos ensinou, sem perder, claro, o gesto discreto. À segunda agradecemos por, no seu jeito matriarcal e patriarcal, estar sempre ao nosso lado para dar a repreensão, o conselho e o encorajamento de que precisámos.

Ao Professor Doutor António Fernandes da Costa, o pai que encontrámos na Academia, por nos mostrar, com estupenda arte de ensino, no seu jeito desinteressado e discreto, como galopar pela ciência cruzando e discutindo ideias. São insondáveis os desígnios divinos. À Professora Doutora Maria Rute Vilhena da Costa e à Professora Doutora Raquel Alves Silva, pela paciência e compreensão com que sempre nos trataram.

À Biblioteca Nacional de Portugal, ao Arquivo Nacional Torre do Tombo e ao Arquivo Histórico Ultramarino, pelo fornecimento de documentos de que necessitávamos para a constituição do *corpus* do nosso trabalho e comprovação de dados obtidos a partir do mesmo.

À Domingas Sumbula, matriarca que desde o berço nos inculcou princípios salutarés, dos quais não abrimos mão. À Luísa Miguel Mateus Muhongo, mulher da *minha* vida e grande amiga. Ao Reuel Carlos Mateus Muhongo, presente mais esbelto que já recebemos. Aos nossos irmãos e à família Quindombe expressamos um muito obrigado.

RESUMO

Foi a 23 de outubro de 1575 que, com o decreto do Rei D. Sebastião, o panorama geopolítico angolano se metamorfoseou. Dos primeiros contactos entre portugueses e angolanos resultou a colonização do segundo povo, com início no século XV e que se prolongou até ao século XX. A colonização teve duas fases, a saber: a fase da penetração territorial que implicou os primeiros contactos (1482 a ...) e a fase da ocupação territorial. Na escola, o colonizado tinha de, obrigatoriamente, falar o idioma do colonizador. Houve, efetivamente, influências linguísticas. As unidades lexicais confirmam, sobretudo, a história deste contacto, pois cada palavra pode implicar uma realidade de um povo.

Este estudo visa recolher, organizar, analisar e descrever os empréstimos de origem angolana encontrados no periódico *Voz de Angola – Clamando no Deserto* (1901). Deve também contribuir para a criação de um *Vocabulário Ortográfico Nacional para Angola*. Em virtude do surgimento da imprensa em Angola no século XIX, começaram a publicar-se alguns periódicos. De entre estes, os jornais e as revistas refletem obviamente a produtividade de empréstimos. O primeiro periódico de que há registo é o *Boletim Oficial* (1845), cuja responsabilidade cabe ao Governador Pedro Alexandrino da Cunha. Por outro lado, o último periódico da época colonial de que se tem conhecimento é *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola* (1951), revista sob a alçada da Associação dos Novos Intelectuais de Angola.

Visto que os jornalistas e os escritores são nitidamente criadores de palavras, reconhecemos que há unidades lexicais de origem angolana registadas nos jornais daquela época que se tornaram laivos perenes da realidade sociopolítica dos dois povos. As línguas de Angola, de facto, têm processos muito peculiares que descaracterizam as unidades lexicais de outras línguas, particularmente as do português. Alguns processos de formação de palavras das línguas de Angola convergem e outros divergem com os do português, pois as línguas de Angola apresentam processos de formação de palavras muito diferentes. Por desconhecimento destes processos, muitos articulistas recorriam ao decalque, tendo como base a estrutura do português.

PALAVRAS-CHAVE: Empréstimo, Neologia.

ABSTRACT

It was on 23 October 1575, with the decree of Portuguese King Sebastian, that the Angolan geopolitical panorama changed. The first contacts between Portuguese and Angolans resulted in the colonisation of the Angolans, beginning in the 15th century and continuing until the 20th century. The colonisation had two phases, namely: the phase of territorial penetration which implied the first contacts (1482 to ...) and the phase of territorial occupation. At school, the colonised had to speak the language of the coloniser. There were, indeed, linguistic influences. The lexical units confirm above all the history of this contact, for each word may imply a reality of a people.

This study aims to collect, organise, analyse and describe loans of Angolan origin found in the periodical *Voz de Angola – Clamando no Deserto* (1901). It should also contribute to the creation of a *National Orthographic Vocabulary for Angola*. Due to the emergence of the press in Angola in the 19th century, some periodicals started being published. Newspapers and magazines obviously reflected the productivity of lexical loans. The first periodical of which there is a record is the *Boletim Oficial* (1845), under the responsibility of the Governor Pedro Alexandrino da Cunha. On the other hand, the last periodical of the colonial period known and dated is *Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola* (1951), a magazine under the responsibility of the Association of New Intellectuals of Angola.

Since journalists and writers are clearly creators of words, we recognise that there are lexical units of Angolan origin registered in the newspapers of that time that became perennial marks of the social-political reality of the two peoples. The languages of Angola, in fact, have very peculiar processes that deprive the lexical units of other languages, particularly those of the Portuguese language. Some processes of word formation of the Angolan languages converge and others diverge with those of the Portuguese, because the languages of Angola present very different processes of formation of words. Due to a lack of knowledge of these processes, many writers used the decal based on the Portuguese structure.

KEY WORDS: Loan, Neology.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO I: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS EM LEXICOLOGIA	5
1.1. LEXICOLOGIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	6
1.2. LÉXICO E VOCABULÁRIO	7
1.3. CAMPO LEXICAL E CAMPO SEMÂNTICO	10
1.4. LÍNGUA CORRENTE E LÍNGUA DE ESPECIALIDADE	11
1.5. NEOLOGIA	13
1.6. TIPOS DE NEOLOGISMOS	14
1.7. EMPRÉSTIMOS	15
1.8. TIPOS DE EMPRÉSTIMO	16
1.9. LEXICOGRAFIA	17
1.10. PERCURSO HISTÓRICO DA LEXICOGRAFIA	18
1.11. ELEMENTOS ESTRUTURAIS DOS LEXEMAS	20
CAPÍTULO II: CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	24
2.1. CONCEITO DE <i>CORPUS</i>	26
2.2. TIPOS DE <i>CORPUS</i>	27
2.3. CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	31
2.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO <i>CORPUS</i>	34
CAPÍTULO III: ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM ANGOLANA	35
3.1. EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM ANGOLANA	36
3.2. ANÁLISE TAXIONÓMICA DOS EMPRÉSTIMOS	47
3.3. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS	54
3.4. PROPOSTA DE DICIONÁRIO	56
4. CONCLUSÃO	63
5. BIBLIOGRAFIA	65
5.1. BIBLIOGRAFIA GERAL	65
5.2. GRAMÁTICAS	71
5.3. DICIONÁRIOS	72
5.4. DOCUMENTOS	72
6. ANEXOS	73
6.1. PLANO DOS PERIÓDICOS DA ÉPOCA COLONIAL	74

INTRODUÇÃO

Nenhum sistema linguístico é isolado. A comunicação intercultural implica a inserção de unidades lexicais de uma língua para outra, de tal maneira que resulta em empréstimos externos. Quando muito usado e inserido no dicionário de língua corrente, um empréstimo pode ser sentido como sendo próprio daquela língua.

Nesta dissertação, propomo-nos tratar os empréstimos externos de origem angolana que constam do periódico *Voz de Angola – Clamando no Deserto*, publicado em 1901, cuja fundação e término de sua publicação são desconhecidos. Todavia, até ao momento, tem-se conhecimento de que Pedro da Paixão Franco serviu como membro da comissão organizadora do volume.

Muito se tem falado acerca do contágio e de universais linguísticos das línguas de Angola, principalmente ao nível morfofonológico. Se o reconhecimento do fenómeno é inegável e corresponde a um sentimento generalizado dos especialistas, a verdade é que não temos, por um lado, conhecimento de um trabalho que traduza precisamente a resultante de um estudo analítico-diferencial sobre a matéria, especialmente numa vertente diacrónica.

Por outro lado, falta um trabalho que investigue efetivamente os empréstimos de origem angolana a partir de periódicos da época colonial. Gostaríamos, igualmente, de elaborar um dicionário de regionalismos angolanos. Pertencemos, além disso, ao projeto da Terminologia da Administração Pública e do Vocabulário Ortográfico Nacional, cujo organizador é o Estado Angolano. Gostaríamos, sobretudo, de contribuir para o segundo projeto suprarreferido, com os dados que obtivemos para o nosso dicionário.

Para o culminar desta tarefa a que nos propusemos, estabelecemos, para o presente trabalho, os seguintes objetivos:

- 1.º Reunir os periódicos da época colonial;

- 2.º Organizar os periódicos da época colonial num plano cronológico;¹
- 3.º Selecionar o periódico com o qual trabalharemos;
- 4.º Analisar esse periódico;
- 5.º Identificar os empréstimos de origem angolana;
- 6.º Organizar os empréstimos de origem angolana em fichas lexicográficas;
- 7.º Identificar a forma vernácula e, caso haja, a variante que nos remete para cada empréstimo;
- 8.º Descrever as diferentes aceções e usos que cada empréstimo foi tendo ao longo do tempo;
- 9.º Propor a elaboração de um dicionário de regionalismos angolanos que sirva de auxílio principalmente para professores e estudantes de Literatura Angolana.

Numa perspetiva metodológica e científica, o tipo de pesquisa utilizada no decurso desta investigação é precisamente de natureza descritiva.

O nosso trabalho centra-se na Lexicologia e na Lexicografia. Ao longo do mesmo, cingimo-nos à metodologia estritamente semasiológica. Gostaríamos de realçar que a escolha deste periódico se fez, naturalmente, em virtude da produtividade dos empréstimos. Selecionámos o *corpus* de extração – *Voz de Angola – Clamando no Deserto* (1901) – e analisámo-lo, notando a sua estrutura (organização interna).

Para o tratamento semiautomático dos dados, utilizámos os *softwares-hipertextos*: *AntConc* e *Concapp*. Isso permitiu-nos, primeiro, contabilizar o número de formas do nosso *corpus* e, segundo, extrair os candidatos a empréstimos. Validámo-los, tendo em conta o critério lexicográfico.

¹ O plano cronológico dos periódicos da época colonial está em anexo.

De seguida, organizámos os empréstimos segundo a língua a que pertence a forma vernácula. Tal processo permitiu verificar e contabilizar que língua deu origem a mais empréstimos. Posteriormente, partimos da forma da unidade lexical para a determinação do seu significado, tendo em conta o contexto em que a unidade lexical ocorre. Isso permitiu que organizássemos as unidades lexicais validadas como empréstimos de origem angolana em campos lexicais. E permitiu também que se aferisse e contabilizasse que categoria gramatical dos empréstimos foi mais produtiva.

Relativamente à estrutura do nosso trabalho, a reflexão desenvolve-se em torno de três capítulos. No primeiro capítulo, *Fundamentos teóricos e metodológicos da Lexicologia*, explicitámos um conjunto de noções referentes ao nosso objeto de análise.

No segundo capítulo, *Constituição do corpus de análise*, fizemos uma descrição minuciosa da constituição do *corpus* que usamos para a extração de empréstimos de origem angolana. Debruçamo-nos sobre o conceito de *corpus*, os tipos de *corpus*, a constituição do nosso *corpus* de análise e os critérios de seleção do *corpus*.

No terceiro capítulo, *Análise dos empréstimos*, organizámos os empréstimos em campos lexicais, indicámos as línguas de que provêm, representámos – mediante mapas – a região e o povo que fala cada língua, descrevemos os empréstimos de origem angolana, apresentámos a unidade lexical considerada como vernácula e a possível variante, a sua evolução semântica e, em alguns casos, a razão de tal designação. Descrevemos os processos de formação de unidades lexicais usados na formação dos empréstimos. Finalmente, apresentámos a nossa proposta de *dicionário de regionalismos angolanos*. Para ilustrar o modelo deste dicionário, apresentámos fichas lexicográficas de alguns empréstimos, feitas a partir do *Access*.



CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

EM LEXICOLOGIA

1.1. LEXICOLOGIA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A presente reflexão cinge-se à Lexicologia e à Lexicografia. Estas são duas áreas do conhecimento afins. De acordo com Halliday (2004:3), “Lexicology is the study of content words, or lexical items.” A Lexicologia tem como objeto a semântica lexical e a morfologia lexical. O primeiro aspeto compreende o estudo do conteúdo dos lexemas. O segundo compreende o estudo dos processos de formação dos lexemas. (Rey, 1970:10).

Segundo Lino *et al* (1984:150), a Lexicologia é uma das disciplinas centrais da Linguística que tem por objeto de estudo o léxico. A Lexicologia estuda, assim, as unidades lexicais de uma língua, em todos os seus aspetos: pode incluir a etimologia, a formação das unidades lexicais, a morfologia, a fonologia, a sintaxe, mas também tem uma ligação especial com a semântica.

Sem pretendermos fazer uma génese da Lexicologia, gostaríamos apenas de recordar que a etimologia tem o seu lugar dentro da estrutura dos estudos lexicológicos e que muitas das reflexões sobre o lexema remontam à Antiguidade Grega e aos gramáticos indianos (a. C). O problema da “palavra” é um dos problemas centrais quer na filosofia da linguagem, quer na filosofia do sentido.

Gostaríamos, sobretudo, de destacar alguns nomes como Panini, criador da Gramática do Sânscrito. Aristóteles observava a unidade lexical e os seus semas. Platão observava a unidade lexical e sua etimologia como reflexo das ideias. Varron tentava fazer uma relação entre a unidade lexical, o sistema linguístico e o objeto. Cícero falava sobre a unidade lexical como objeto de arte (Rey, 1970:8-17). Assim, o problema do lexema em termos morfossemânticos e socioculturais está presente quer na história da Linguística, quer na história dos sistemas de escrita ou na evolução da técnica lexicográfica.

A Lexicologia constitui-se, assim, como disciplina durante o período da Linguística Estrutural, a partir de 1920-1930 (Lino *et al*, 1984:150). Atualmente, a Lexicologia tem como objecto a investigação teórica e o campo da aplicação. A título ilustrativo, há, segundo Lino ([s.d]:243), “Lexicodidactics of which the study object is the lexicon, and which aims at different types of didactic applications”. E, como qualquer ciência, a Lexicologia depara-se com um problema, tal como nos diz Rey (1969:67): “Le problème fondamental de la

lexicologie est présentement la tentative, poursuivie en divers lieux et à partir de postulats variés, pour réduire la masse du lexique à un système structuré.”

1.2. LÉXICO E VOCABULÁRIO

Quando falamos sobre o léxico, referimo-nos ao conjunto virtual de lexemas que pertencem a um dado sistema linguístico (cf. Galisson e Coste, 1983:433). Os lexemas, quando atualizados no discurso, designam-se por vocábulos. O conjunto de vocábulos, as unidades do discurso, constitui efetivamente o vocabulário (cf. Lino, 1979:13).

Estudos mais recentes sobre esta temática mostram que a dissemelhança continua. A título ilustrativo, na perspectiva de Gaudin e Guespin (2000:15) “le lexique renvoie à l’ensemble des unités de la langue et le vocabulaire à celles du discours. On distinguera également langue et discours, la première renvoyant au système potentiel d’expression de communication et discours aux réalisations concrètes de ce système.” É no vocabulário, como dizia Sapir (cf.1958:90), que encontramos as marcas do ambiente físico e social do falante.

O léxico é tão vasto que chega a ser difícil dizer que um falante conhece, na sua plenitude, todas as unidades que o constituem, pois, tendo em conta a dinâmica das sociedades bem como o contacto entre línguas, uns lexemas são criados, outros são importados e inseridos no sistema linguístico e ainda outros tornam-se arcaicos. A aprendizagem do léxico é um processo contínuo. É feita ao longo da vida. De acordo com Basílio (2000:10), dois fatores levam à criação de unidades lexicais.

“Seria, [em primeiro lugar], muito difícil para a nossa memória – além de pouco prático – captar e guardar formas diferentes para cada necessidade que nós temos de usar palavras em diferentes contextos e situações. [segundo], o mecanismo da língua sempre procura atingir o máximo de flexibilidade em termos de expressão simultaneamente a um mínimo de elementos estocados na memória. É essa flexibilidade que nos permite contar com um número gigantesco de elementos básicos de comunicação sem termos que sobrecarregar a memória com esses mesmos elementos.” (Basílio, 2000:10).

O contacto entre os povos e sua vivência são aspetos que não podem passar despercebidos. Têm de ser analisados e debatidos em várias áreas do conhecimento. Como a nossa área de formação engloba a Lexicologia e a Lexicografia, faremos tal análise a partir do léxico. As relações entre a língua de uma comunidade humana e a sua cultura, como expressa o linguista Rey (1970:179), “sont particulièrement manifestes dans le lexique”. Se a simbiose entre a língua e a cultura são nitidamente manifestas no léxico, então o léxico constitui um objeto de reflexão. Tal reflexão pode ser feita, em muitos casos, a partir de um vocabulário.

As reflexões sobre o léxico remetem-nos necessariamente para Saussure, com quem concordamos ao afirmar, por um lado, que o termo léxico funciona a nível da “langue”, enquanto o termo vocábulo funciona a nível do discurso, fala ou “parole”. Por outro lado, a língua é um conjunto de elementos independentes, formando um todo organizado, um sistema de signos. De acordo com Milner (1989:324), “l’unité lexicale n’est pas simple; elle est composite. Elle agrège une forme phonologique, une appartenance catégorielle et une signification lexicale”.

O léxico diz respeito à língua, o vocabulário diz respeito ao discurso (Galisson e Coste, 1983:433). Este postulado permite-nos isolar dois termos da área da Lexicologia, a saber: sistema e signo.

Segundo Eco (1984:18), “o signo é não só unidade de expressão e conteúdo, mas é uma entidade abstrata, uma classe de expressões relacionada com uma classe de conteúdos.” Esta reflexão remete-nos para Pierce, *apud* Carrol (1973:150), que definiu signo como “algo que representa ou significa um objeto para algum interpretante”.

A conceção de Saussure (1976:99), segundo a qual a estrutura interna do signo linguístico é dupla, ou seja, o signo linguístico tem duas faces, nomeadamente, significante e significado, converge com a definição de Hjelmslev, *apud* Eco (*ibidem*), sobre a função sígnica como relação entre dois funtivos: o plano da expressão e o plano do conteúdo.

Não nos poderíamos olvidar sequer do parecer ponderado de Marchand (1975:89) de que “L’unité porteuse de sens n’est pas le signe isolé, mais le signe à l’intérieur du système. Tout signe appartient à un ensemble (ou à plusieurs) par rapport auquel se détermine sa valeur exacte.” Esta perspetiva é reforçada por Pottier (1962:419), quando afirmou que “un lexema

no tiene una significación: tiene una virtualidad de significaciones a partir de su lexo fundamental.”

Estas análises fazem-nos perceber que o valor do signo resulta do seu lugar em relação às outras unidades do léxico, no sistema de relações sintagmáticas e paradigmáticas.

De acordo com Lerat (1989:55), “L’école terminologique de Viena traite actuellement des termes dans un cadre théorique plus strictement logique qui se résume sous la forme du triangle sémiotique suivant: concept, signe, objet.” O signo remete-nos para um triângulo semiótico que é formado, no vértice superior, pelo significado ou a intenção do termo, do lado direito indica o referente ou o estado de coisas, para indicar ou mencionar, no lado esquerdo, a coisa sobre a qual se fala. Para Frege (1973:52), “la conexión regular entre el signo, su sentido y su referencia es tal, que al signo le corresponde un determinado sentido y a éste, a su vez, una determinada referencia, mientras que a una referencia (a un objeto), no le corresponde solamente un signo.”

De acordo com Rey (1969:45), a relação entre o signo, conceito e referente pode ser expressa do seguinte modo:

“Le « stat pro » que nous cherchons apparaît dans ce modèle sous deux forms : celle de la relation entre le symbole et le référent, relation directe, mais qui n’est qu’imputée ou hypostasiée et qui par conséquent ne peut pas servir de base à une analyse scientifique, et celle de la relation indirecte et scientifiquement valable, qui établit le contact entre le symbole et le référent à travers la référence.” (Rey,1969:45).

Atualmente, este triângulo semiótico é um dos aspectos de especial interesse, sobretudo da Sociotermonologia e da Terminologia Cultural, conforme as palavras de Lino (2009:7).

“Les perspectives récentes de la Socioterminologie et de la Terminologie Culturelle, ainsi que les descriptions de la terminologie en contexte et les descriptions de phénomènes de variation constituent une sorte de transgression des principes de la terminologie wüsterienne enfermée dans la triade terme/ concept/ référent.” (Lino, 2009:7).

Além disso, segundo a Norma ISO (2009:2), “objects are described and identified by their properties (see example in 5.4.1), but neither properties of specific objects nor the

objects themselves are recorded in the terminological resource.” O signo é precisamente linguístico, o conceito, porém, é extralinguístico.

A Norma ISO reforça essa ideia, ao mostrar que “for terminology work, concepts shall be considered mental representations of objects within a specialized context or field.” (ISO, *ibidem*). Ao longo da presente reflexão poderemos efetivamente notar a veracidade das palavras de Isquierdo (2001:9).

“O estudo do léxico regional pode oferecer, ao estudioso, dados que deixam transparecer elementos significativos relacionados com a história, o sistema de vida, a visão de mundo de um determinado grupo. Deste modo, no exame de um léxico regional, analisa-se e caracteriza-se não apenas a língua, mas também o fato cultural que ela deixa transparecer.” (Isquierdo, 2001: 91).

As unidades lexicais provenientes de línguas de Angola conservam um conteúdo de caráter histórico e social que mais adiante haveremos de sublinhar.

1.3. CAMPO LEXICAL E CAMPO SEMÂNTICO

Uma unidade lexical implica a existência de um núcleo semântico. Antes de falar sobre o campo lexical e o campo semântico, convém-nos reservar um espaço para explicitar os elementos que conduzem à constituição destes campos, nomeadamente: arquilexema, lexema, sema e dimensão.

“O arquilexema é uma unidade que corresponde ao conteúdo total de um campo lexical. Lexema é a unidade de conteúdo expressa no sistema da língua e que ocupa uma parte do conteúdo do campo lexical. Os semas são unidades menores constituídas por traços distintivos de conteúdo e constitutivas do lexema. A dimensão é o critério implicado por uma oposição, o critério que estabelece o ponto de vista de uma determinada oposição.” (Vilela, 1979:61).

O léxico pode ser observado quer em campo lexical, quer em campo semântico. A Semântica Estrutural tem procurado representar os lexemas em campos. De acordo com

Curcó (2016:3): “El significado procedimental abarca un conjunto de elementos de las lenguas naturales que carecen de contenido conceptual pero que contribuyen a la interpretación.”

A posição de Curcó (*ibidem*) pode ser reforçada com o parecer de Apresjan (1966:44), segundo o qual “représenter le lexique de la langue ou plus exactement l’aspect sémantique de ce lexique, sous forme de système.”

Entende-se por campo semântico, por um lado, o estudo do vocabulário nos seus vários empregos, tentando uma classificação sistemática. Por outro lado, a delimitação do sentido de um vocábulo num discurso constituído, como por exemplo, num texto literário, pela tentativa da reconstituição do contexto imediato (cf. Lino, 1979:14). A partir deste postulado julgamos que o campo semântico pode ser organizado, partindo de uma perspectiva semasiológica.

O campo lexical compreende, segundo Lino (*ibidem*), um conceito referente ou não a um domínio extra-linguístico. Para Vilela (1979:60): “O campo lexical é, na perspectiva estrutural, um paradigma lexical formado pela articulação e distribuição de um contínuo de conteúdo lexical por diversas unidades existentes na língua (palavras) e que se opõem entre si por meio de simples traços de conteúdo.” Deduzimos, assim, que a representação de um campo lexical pode ser feita partindo de uma perspectiva onomasiológica ou semasiológica.

1.4. LÍNGUA CORRENTE E LÍNGUA DE ESPECIALIDADE

Um dicionário pode ser de língua corrente ou terminológico. O primeiro tipo de dicionário refere-se a um repertório de unidades lexicais estruturado alfabeticamente, contendo informações linguísticas de natureza semântica, nocional, referencial, gramatical ou fonética sobre cada uma delas. O segundo refere-se ao dicionário que apresenta os dados terminológicos relativos a um ou vários domínios, usando linguagem de especialidade (Lino *et al*, 1991:111, 114). “Le lexique général est commun à tous les locuteurs ; les lexiques de spécialité sont liés à un domaine : science (chimie, astronomie), science et technique (informatique), métier (menuiserie), activité (jardinage). L’étude des lexiques de spécialité est la terminologie” (Lehmann, 1998:3).

Além disso, entende-se por terminologia o estudo científico de noções e de termos usados em línguas de especialidade. A afirmação de Lehmann pode ser completada por Lino *et al* (1991:201) ao dizerem que “língua de especialidade é um termo que designa um subsistema no âmbito do sistema de uma Língua, relativo a uma área do conhecimento”. Nas línguas de especialidade trabalha-se com unidades terminológicas, que, segundo Gouadec (1990:19), constituem:

“l’unité de désignation d’un concept ou d’un objet ou d’un processus de la réalité perçue ou conçue. Bien que des recouvrements soient possibles, le terme ne se confond pas avec le mot orthographique : il s’agit généralement d’une unité polynucléaire ou unité composée de plusieurs noyaux.” (Gouadec, 1990:19).

A título ilustrativo, o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia de Ciências de Lisboa (2001) é um dicionário de língua corrente. O *Dicionário de Termos Literários* (2004), porém, é um dicionário terminológico. É de suma importância realçar que um dicionário, por muito extenso que seja, contém apenas uma parte do léxico da língua, do seu léxico atestado. Em rigor, um “dicionário apenas descreve um vocabulário da língua e não o seu léxico” (Correia, 2009:77).

Não podemos confundir “línguas de especialidade” ou terminologias com “línguas especiais”: as primeiras dependem do domínio científico a que pertencem, as segundas dependem de um grupo de pessoas (Vilela, 1995:35). Além disso, a Norma ISO, a qual corroboremos, esclarece seguramente ainda mais este assunto ao afirmar:

“Language for special purposes – LSP language – used in a subject field and characterized by the use of specific linguistic means of expression. The specific linguistic means of expression always include subject-specific terminology and phraseology, and also may cover stylistic or syntactic features” (Norma ISO, 2000:2).

É evidente que existem diferenças entre o tratamento lexicográfico e o tratamento terminológico (ou terminográfico) das unidades linguísticas. Em alguns casos, porém, não será assim tão evidente a fronteira entre o léxico comum e o léxico terminológico (cf. Sanromán, 2001:223).² Ao longo da presente investigação, trabalharemos com o vocabulário de língua corrente.

² Afirmamos isso pelo facto de até um dicionário de língua corrente poder conter, como entrada, uma unidade terminológica, pois uma unidade terminológica é, segundo Contente (1994:103), uma unidade lexical, mas nem

1.5. NEOLOGIA

O lexicólogo e o lexicógrafo estão constantemente confrontados não apenas com a História da língua, com os processos neológicos (processos que participam na História da língua), mas também com a História, em geral, e com a História das ciências, em particular. (Lino, 1989:45). A neologia pode, de facto, ocorrer em língua corrente ou em língua de especialidade (cf. Desmet, 1990:182):

“Los neologismos en las áreas de la ciencia y la tecnología son el resultado de la necesidad de encontrar una denominación única para los nuevos conceptos. Si se tiene en cuenta la forma, los neologismos pertenecen esencialmente a dos tipos; bien son creaciones totalmente nuevas, o son préstamos tomados de otras lenguas.” (Sager, 1990:125)

A neologia, segundo Alves (2002:5), é, por um lado, o processo de criação de novas unidades lexicais, a atribuição de um novo sentido a uma unidade lexical já existente ou a aceitação de empréstimo externo. O elemento resultante do processo de criação de novos lexemas, dos novos sentidos ao lexema que já existe ou do lexema proveniente de um outro sistema linguístico é denominado neologismo.

Por outro lado, por neologia entende-se, ainda, a adoção de uma unidade lexical proveniente de um outro sistema linguístico. Alves (*ibidem*) designa este processo como neologia por empréstimo.

Os empréstimos surgem, em alguns casos, para atender às necessidades culturais, científicas, e da comunicação de um modo geral. No jornal, como é particularmente o nosso *corpus* de análise, usa-se, às vezes, o empréstimo também para a mensagem criar mais impacto.

todas as unidades lexicais são unidades terminológicas. Neste caso, estamos perante unidades terminológicas vulgarizadas.

1.6. TIPOS DE NEOLOGISMO

O neologismo, elemento resultante do processo de neologia, caracteriza-se, acima de tudo, por três grandes tipos de renovação lexical, a saber neologismo formal, neologismo semântico e neologismo por empréstimo (Cabré, 1990:38-39).

Em primeiro lugar, o neologismo formal, ou neologismo de forma, consiste na criação de novas unidades lexicais. O neologismo formal, segundo Cabré (1990:38), pode efetivamente dar-se por sufixação, prefixação, composição (composição culta e composição híbrida), abreviação, lexicalização de uma forma gramatical ou ainda por variação denominativa.

Em seguida, o neologismo semântico ou neologismo de sentido, que consiste na utilização de um significante já existente na língua com um novo significado. O neologismo semântico pode dar-se pela ampliação, restrição ou mudança do significado da unidade lexical (Cabré, 1990:39). De entre os vários fatores que concorrem para a mudança do significado das unidades lexicais, gostaríamos de destacar, segundo Ullmann (1964:411), as causas linguísticas, históricas, sociais e psicológicas.

Por fim, o neologismo por empréstimo externo ou empréstimo interlinguístico ou estrangeirismo, que consiste na adoção de uma unidade lexical proveniente de um outro sistema linguístico (Cf. Lino *et al*,1991:219). Muitos dos neologismos por empréstimo surgem mediante um decalque, aspeto sobre o qual falaremos mais adiante.

“A maior parte dos neologismos recebidos por empréstimo no português pertence à classe gramatical dos substantivos, mais raramente à dos adjetivos e à dos verbos. Este fato ocorre não somente em nossa língua, mas é comum em todos os sistemas linguísticos. Bastante raros são os empréstimos de palavras gramaticais. Em geral, o elemento recebido por empréstimo conserva a classe gramatical que possui na língua de que procede.” (Alves, 1984:122).

Isto é, naturalmente, um facto. Consideremos, por exemplo, a unidade lexical “carimbo”, nome cuja origem é *kimbundu*. Foi inserida no português e mantém a classe gramatical. O empréstimo de morfemas gramaticais é muito raro, pelo facto de os morfemas gramaticais (preposição, conjunção, interjeição, pronomes, determinantes) serem uma classe

fechada. A classe dos nomes, verbos, adjetivos são classes de palavras abertas, tal como desde há muito postulava Pottier (1962:415):³

“Habrà dos tipos de estudios semànticos, porque existen, en nuestras lenguas, dos clases de morfemas: (i) los morfemas que integran las clases cerradas o limitadas (de dos a cien, por ej.): prefijos, sufijos, desinencias, artículos, preposiciones... (ii) los morfemas que integran las clases relativamente abiertas o nolimitadas (de miles de unidades): lexemas [morfemas predicativos] de sustantivos, adjetivos, verbos.” (Pottier,1962:415).

No nosso *corpus* de análise, de entre todas as classes de palavras abertas, a que prevaleceu é sobretudo a classe nominal, muito provavelmente pela necessidade de designar realidades linguísticas.

1.7. EMPRÉSTIMOS

Visto que não podemos evitar a entrada de unidades lexicais no português, é importante refletir um pouco sobre essas importações. A unidade lexical “empréstimo”, decalque do francês “emprunt”, é polissémica. Na perspetiva de Guiraud (1971:111,113) : “Le calque morphologique consiste à la forme étrangère par son équivalente indigène. Le calque sémantique en revanche est beaucoup plus insidieux, c’est le procès par lequel le sens d’un mot étranger déteint sur un mot indigène de forme identique ou voisine.”

Entende-se por empréstimo, por um lado, o processo de transferência de uma unidade lexical de um registo linguístico para o outro dentro da mesma língua, ou de uma língua para outra. Por outro lado, é a unidade que resulta do processo desta transferência (cf. Correia e Lemos, 2009:53). Esta perceção é nitidamente reforçada pelo interessante e metuculoso parecer de Sablayrolles (2000:232) ao qual seria bom prestarmos atenção.

“L’emprunt consiste à aller chercher une lexie dans une autre langue, plutôt que d’en fabriquer une avec ses propres ressources. Sont néanmoins assimilées aux emprunts certaines lexies autochtones calquées sur une lexie étrangère. L’ influence exercée par une autre langue justifie cette assimilation.” (Sablayrolles, 2000:232)

Ao longo do nosso trabalho falaremos de empréstimos quer como processo, quer como unidade resultante do processo.

³ Reconhecemos que a classe dos advérbios pertence a classe de palavras abertas. Notamos, porém, que é pouco produtiva a nível de empréstimos.

1.8. TIPOS DE EMPRÉSTIMO

Antes de discorrermos sobre os tipos de empréstimos convém reservar um espaço para nos debruçarmos nem que seja por um pouco sobre a origem dos empréstimos. Relativamente a esta, Sablayrolles (2000:232) dá-nos um esclarecimento que é efetivamente de suma importância, principalmente para a análise lexicográfica.

“Le classement des emprunts se fait solvante selon les sources auxquelles les lexie sont empruntées. Il ne faut cependant pas confondre langue d’origine de la lexie et langue à laquelle la langue emprunteuse l’emprunte: certaines lexie passent par plusieurs langues. Jungle est un mot chinois ou malais passé par l’intermédiaire du néerlandais (la forme thé vient du latin moderne 1657).” (Sablayrolles, 2000:232)

Muitas unidades lexicais oriundas de várias línguas de Angola foram naturalmente aportuguesadas, adaptadas ao sistema linguístico do português. Este processo de aportuguesamento aconteceu ao longo de séculos, como nos mostram Endruschat e Schmidt-Radefeldt:

“Na sequência da história dos descobrimentos portugueses em África (a partir de 1415), na Ásia (1498) e na América do Sul (1500), juntaram-se ainda palavras e conceitos xenoglóssicos (isto é, estrangeiros) das línguas bantu africanas (por exemplo do quimbundo, de Angola, e de changana de Moçambique), das línguas ameríndias (por exemplo do tupi-guarani) e de diversas línguas asiáticas (por exemplo do concani da Índia, do chinês e do tâmil).” (Endruschat e Schmidt-Radefeldt, 2015:142)

Há, precisamente, dois tipos de empréstimos, nomeadamente: empréstimo externo e empréstimo interno. O primeiro refere-se a unidades lexicais provenientes de uma língua estrangeira. O segundo refere-se a unidades lexicais oriundas de outro domínio de conhecimento, no interior do mesmo sistema linguístico (cf. Lino *et al*, 1991:123). Os empréstimos externos são os que mais chocam alguns falantes conservadores da pureza da língua. Tal impacto deve-se, naturalmente, a dois fatores.

Em primeiro lugar, porque as unidades importadas são normalmente produzidas em sistemas linguísticos distintos e, como tal, apresentam características formais que, além de as tornarem opacas, são, em muitos casos, violadoras do sistema linguístico importador. Em

segundo lugar, e a outro nível, a importação em massa de palavras, que muitas vezes substituem palavras vernáculas, pode descaracterizar o idioma recetor.

Para muitos angolanos, os empréstimos de origem angolana não nos chocam, pois temos convivido diariamente com pessoas que os usam, no seu quotidiano. Além disso, vemos estes empréstimos como laivos indeléveis da história de um povo e como elementos a serem inseridos, se a tanto desejar, no *Vocabulário Ortográfico Nacional* do povo angolano.

A gramática normativa estabelece, por certo, uma distinção entre estrangeirismo e empréstimo. O estrangeirismo denota uma unidade lexical importada de outro sistema linguístico que não sofreu quaisquer adaptações ao sistema linguístico de chegada. O empréstimo denota uma unidade lexical estrangeira com metaplasmo, ou mais corretamente, denota uma unidade lexical estrangeira que se adaptou ao sistema linguístico de acolhimento. Tal adaptação ao sistema linguístico de acolhimento pode dar-se a nível fonológico, morfológico, ortográfico e semântico (cf. Correia e Lemos, 2009:54). Ainda que as unidades lexicais de origem angolana sejam estrangeirismos, para alguns falantes do português, não as encaramos como tal, mas como empréstimos.

1.9. LEXICOGRAFIA

A Lexicografia é precisamente a técnica de elaborar dicionários, com base em estudos da forma, do significado e do comportamento das palavras de uma língua particular (Pavel e Nolet, 2001:124). A Lexicografia, tendo a citação de contextos como princípio básico, preocupa-se principalmente com a fabricação e estudo de dicionários, tal como nos mostram Lehman e Martin-Berthet.

“Le lexique est partiellement représenté et décrit dans les dictionnaires: la fabrication et l’étude des dictionnaires est la lexicographie. La lexicologie et la lexicographie se sont constamment inspirées mutuellement, mais l’objet «langue» et l’objet «dictionnaire» sont de nature différente.” (Lehman e Martin-Berthet, 2000:14)

Além disso, a lexicografia pode ser entendida, segundo Lino *et al* (1984:188), “por um lado, como ciência, arte e tecnologia de elaboração do dicionário; por outro lado, como teorias

e metodologias de elaboração do dicionário.” A metodologia semasiológica é a base de todo o trabalho lexicográfico (Rey, 1969:63). A prática de dicionário e a preocupação com o conteúdo da unidade lexical já é uma atividade antiga.

A Lexicografia pode ser entendida como a técnica de elaborar dicionários, como nos mostra Rey (1970:19): “Une activité pratique existe depuis l’antiquité, dont l’objet est précisément unités lexicales, et qui est destinée à répertorier commodément les signes, selon un ordre convenu, et à apporter des informations à leur sujet; c’est la lexicographie ou technique des dictionnaires.” Consoante os tipos de dicionários elaborados, existem várias designações para esta ciência, a saber: Lexicografia pedagógica, Lexicografia de aprendizagem, Lexicografia bilingue ou multilingue, Lexicografia conceptual, Lexicografia terminológica, Lexicografia informatizada. Na elaboração do dicionário, é essencial que o lexicógrafo tenha uma teoria semântica e uma filosofia de linguagem que lhe sejam próprias (Ullmann, 1964:64-65).

1.10. PERCURSO HISTÓRICO DA LEXICOGRAFIA

Uma vez que a terminografia, segundo Barros (2004:63), “elabora vocabulário (dicionário) especializado,⁴ a lexicografia elabora dicionário de língua corrente, onde se registam as unidades lexicais em todas as suas variações morfossintáticas e em todas as suas acepções.”

A Lexicografia tem um percurso histórico que nos remete diretamente para as primeiras produções em escritas cuneiformes da civilização sumeriana da Mesopotâmia, datadas de cerca de 3500 a.C. Já o alfabeto primordial, do qual derivam todas as demais formas de escrita alfabética, foi inventado pelos semitas por volta de 1500 a. C. (Mineiro *et al*, 2012:99). Eram repertórios de signos, com nomes de profissões, de divindades e de objetos usuais, que funcionavam precisamente como dicionários unilingues. Esta informação pode ser completada com as palavras de Rey (1970:4).

⁴ Um dicionário especializado corresponde a um modelo de realização lexical a nível das normas de um universo de discurso especializado. (Barros, 2004:63)

“Le premier stade de l’histoire de l’écriture est marqué par une approche lexicologique, par l’élaboration de signes graphiques correspondant chacun à l’expression linguistique d’un concept ou d’une relation conceptuelle, les idéogrammes (1). Outre l’aspect ideographique des hiéroglyphes égyptiens les plus archaïques (2), on notera que les premiers répertoires de signes linguistiques sont des listes de mots (Sumer, Akkad, Chine).” (Rey, 1970:4)

A partir do século I d.C., os gregos criaram os “lexicons”, que também serviam para catalogar as unidades lexicais de sua própria língua. Visto que o tempo é a imagem móvel da eternidade, os mecanismos para a criação e o aperfeiçoamento de dicionários mudaram, com o desenvolvimento da ciência e da técnica, sem descurarmos os processos evolutivos da própria língua.

De acordo com Mineiro *et al (ibidem)*, os dicionários, tal como os conhecemos hoje, só surgiram propriamente durante o Renascimento, começando pela tradução das duas línguas clássicas - grego e latim - para os idiomas modernos, pois notou-se a necessidade de entender a Bíblia e poucas pessoas tinham conhecimento de latim e grego.

O dicionário monolíngue é, no seu conjunto, uma criação do século XVI. Começando com dicionários normativos, enciclopédicos, histórico-filológicos e dicionários-tesouro.⁵ Foi simplesmente a partir do século XVIII que, segundo Weinrich (1979:316), nos acostumámos, finalmente, a distinguir, com mais ou menos rigor, entre dicionários de palavras e enciclopédias, isto é, dicionários de coisas⁶: “Ainsi, l’histoire de la linguistique, celle de

⁵ Gostaríamos de realçar aqui o importante papel das academias. Surge, em 1612, o dicionário da *Accademia della Crusca*, de Florença, que visava a alta finalidade de reduzir os múltiplos dialetos da Itália a um determinado padrão linguístico, à língua clássica de três grandes autores florentinos Dante, Petrarca e Boccaccio. Em 1694, publica-se o dicionário da *Académie Française*, cuja finalidade era fixar uma língua de cultura num estado clássico, procurando, a partir dali, controlar as modificações que a língua possa apresentar. Na Inglaterra, influenciado pelo dicionário da *Académie Française*, Samuel Johnson publica o *Dictionary of the English Language* (1755). Numa tentativa de ponto de restauro, se assim podemos chamar, na Alemanha publica-se a tentativa de um dicionário gramático-crítico, *Versuch eines vollständigen grammatisch-kritischen Wörterbuchs der hochdeutschen Mundart*, (1774-1786), numa série de volumes, cuja finalidade era, acima de tudo, registar o uso linguístico vigente e melhorá-lo criticamente. Relativamente aos dicionários histórico-filológicos, gostaríamos de mencionar o *New English Dictionary on historical principal*, também chamado *Oxford English Dictionary* (1888-1932), os dicionários históricos dos Países-Baixos (1864), da Suécia (1893) e da Dinamarca (1919). Surge, por conseguinte, o *Trésor de la Langue Française* (1971), sob a direção de Paul Imbs. Em 1980, surge, na Alemanha, o dicionário de ortografia, também chamado *Duden* em honra do seu criador Dr. Konrad Duden. (Weinrich, 1979:317-318).

⁶ As enciclopédias só começaram a surgir no século XVIII. (Weinrich, *ibidem*)

l'écriture, celle de la technique lexicographique posent dès leur origine le problème du MOT, en termes morfo-sémantiques et socio-culturels”(Rey,1970:4).

Segundo Weinrich (1979:316), “os dicionários mais antigos, que chegaram até nós, são glossários, índices e concordâncias – dicionários, portanto para a compreensão de textos bem determinados e com vista a fins interpretativos bem determinados.”

Atualmente, o lexicógrafo depara-se evidentemente com vários desafios, dentre os quais gostaríamos precisamente de destacar, primeiro, as distinções entre os sinónimos; em seguida, estabelecer a data precisa em que o novo significado emergiu; finalmente, os casos de polissemia e homonímia, pois ele tem que decidir se há de registrar tais homónimos duvidosos como uma entrada ou como duas (Ullmann, 1964:70).

1.11. ELEMENTOS ESTRUTURAIS DOS LEXEMAS

Uma vez que nos propusemos observar os empréstimos de origem angolana e os empréstimos implicam, por si mesmos, a união de segmentos mórficos, gostaríamos de reservar um espaço, para nos debruçarmos sobre o conceito de morfema.

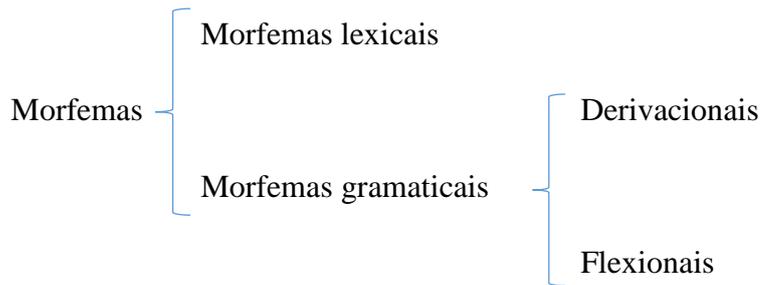
De acordo com o que afirma Bechara (2006:494), morfema é a unidade mínima dotada de significação e integra a unidade lexical. Além disso, segundo o Dicionário Aurélio ([s.d]), o vocábulo morfema é formado por *morf* (o)- + *-ema*; vem do francês “morphème”. [É um] elemento linguístico mínimo que tem significado. O conceito apresentado por Aurélio converge com o conceito apresentado por Dubois-Charlier e Leeman (2000:328), ao afirmar que se entende por “morfema as formas significativas mínimas, os mais pequenos elementos dotados de sentido na língua.”

1.11.1. CLASSIFICAÇÃO DOS MORFEMAS

Antes de mais, não nos podemos olvidar de que, segundo Endruschat e Schmidt-Radefeldt (2015:101), no plano da “parole”, é por meio da segmentação que se obtêm os morfemes, os mais pequenos segmentos portadores de significado; no plano da “langue”, pelo

contrário, estes segmentos são classificados como morfemas, sendo descritos como os mais pequenos elementos portadores de significado.

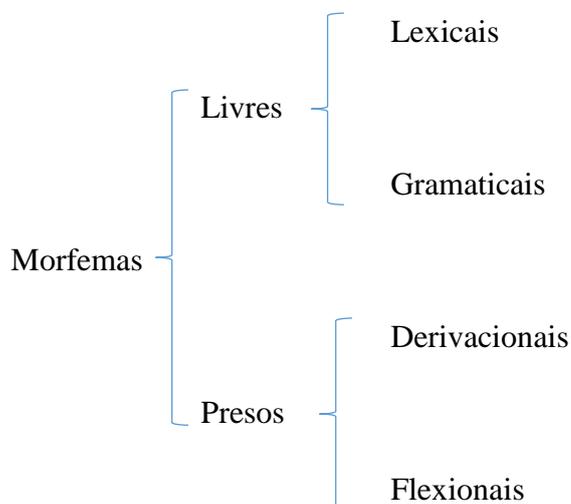
Relativamente à natureza da sua designação, os morfemas classificam-se em morfemas lexicais e morfemas gramaticais. Tal classificação pode ser observada no seguinte esquema:



Os morfemas são também classificados quanto ao tipo e quanto à significação. Isto é óbvio na reflexão de Lamas (2000:328).

“Os morfemas, quanto ao tipo, podem ser livres como em criança, ou ligados como –s em crianças. Os morfemas livres são aqueles que podem surgir isoladamente, porque apresentam sentido completo e, por esse motivo, podem constituir lexemas; os morfemas ligados são os que aparecem unidos a um morfema livre ou combinados com vários morfemas livres e sozinhos não podem formar lexemas.” (Lamas, 2000:328)

Apresentamos nitidamente os morfemas livres e os morfemas ligados ou presos no seguinte esquema:



Ao longo da nossa reflexão faremos a análise de unidades lexicais, ou seja, morfemas livres. A unidade lexical pode integrar precisamente dois tipos de morfema, a saber: o radical e o afixo.

1.11.1.1. MORFEMAS LEXICAIS

Entende-se por morfema lexical o núcleo sobre o qual repousa a significação externa da unidade lexical. A ele juntam-se os morfemas gramaticais. Tradicionalmente, dá-se ao morfema lexical o nome de radical (Chicuna, 2015:179).

Esta ideia pode ser reforçada com as palavras de Trask (1993:158), segundo as quais “lexical morpheme [is] a morfeme which primarily expresses real semantic content.” Outros autores não usam o termo “radical”, mas sim “raiz” (Basílio, 2000:14).

O radical é o núcleo, onde integra o significado relacionado com as noções do mundo, o denominado na gramática tradicional por significado lexical ou externo, pois remete-nos para o mundo extralinguístico (Bechara, *ibidem*). Isto relembra-nos a ideia de Coseriu *apud* Corneille (1982:339), segundo a qual “a parte física do signo só tem valor na medida em que guia o auditor para uma significação intencional.” Além disso, há a necessidade de distinguir o radical de unidades lexicais simples e radicais de unidades lexicais complexas. Estas propriedades são essenciais para a compreensão e análise dos seus constituintes.

“O radical das palavras simples é uma forma inalisável. O radical das palavras complexas é uma forma complexa, integrando dois ou mais constituintes morfológicos, um dos quais é obrigatoriamente um radical simples. Os radicais simples são unidades lexicais portadoras de informação idiosincrática de natureza morfológica, sintáctica e semântica. São especificados quanto à categoria sintáctica, quanto à classe temática e ainda quanto ao género no caso dos nomes.” (Mateus *et al*, 2006: 920)

A título ilustrativo, o significado da unidade lexical *casas* é-nos apresentado pelo seu radical *cas-*. Trata-se de uma unidade lexical divisível, pois ao lado do seu radical pode-se desmembrar em outros elementos mórficos. Os morfemas lexicais estão organizados com as seguintes classes de palavra: nomes, adjetivos, verbos e advérbios de modo.

1.11.1.2. MORFEMAS GRAMATICAIS

Entende-se por morfema gramatical o morfema que exprime relações gramaticais. Os morfemas gramaticais também designados por grafemas ou formantes, constituem uma classe fechada de unidades numa dada língua (cf. Chicuna, 2015:182). São morfemas gramaticais as preposições, as conjunções, os determinantes, os demais advérbios, os afixos – prefixos e sufixos e as formas indicadoras de número, género (também designadas por índice temático), ou flexão verbal.

O afixo *-s* expressa o significado gramatical ou interno representado pelo morfema de flexão e os morfemas de derivação. Além do radical e dos afixos, há também a vogal temática. Segundo Bechara (2006:494-495), “a vogal temática tem uma missão classificatória, pois distingue os nomes e os verbos em grupos ou classes conhecidas como grupos nominais e grupos verbais, também chamados conjugações.”

Tal como os verbos, os nomes, no português, também têm vogal temática, isto é, os nomes apresentam vogal temática *-a, -e, -o*. Os verbos apresentam vogal temática *-a, -e, -i*. Em virtude da vogal temática, são chamados verbos da primeira conjugação, segunda conjugação e terceira conjugação.



CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

Antes de nos debruçarmos, efectivamente, sobre a constituição do nosso *corpus* de análise, convém termos em conta que a reflexão de Rui *apud* Hamilton (1975:10), segundo a qual “de palavras novas também se faz um país neste país tão feito de poemas que a produção e tudo a semear terá de ser cantado” é de todo proveitosa.

É de suma importância realçar que foi Portugal, segundo Hamilton (1975:14), o primeiro país europeu a penetrar as terras incógnitas de África. De acordo com o Tenente Coronel Francisco de Salles Ferreira, que escreveu uma “Memória sobre Cassange”, cuja publicação foi feita no *Boletim do Conselho Ultramarino* n.º 2 de março de 1854, “enviado pelo Rei D. Sebastião, a frota de Paulo Dias de Novaes largou Lisboa a 23 de outubro de 1574. Avistou a Barra do *Kwanza* em fevereiro de 1575, depois de três meses e meio de viagem.” Quando lá chegaram, já encontraram produções literárias, mas, pelo que nos reza a história, era apenas literatura oral.

Segundo Foucault (1997:18), “não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas.”

Ao falarmos sobre a imprensa e literatura africana, mais precisamente a angolana, escrita numa língua de origem europeia, temos de partir de umas noções de choque de culturas como um factor determinante na consciência daqueles que produziam essa literatura aculturada.

Os escritores e ensaistas angolanos, assim, procuraram produzir uma literatura que, apesar de não ser de fio a pavio numa língua africana, fosse autenticamente africana, tal como se pode notar na forçosa inserção de lexemas de línguas de Angola nos seus escritos. Muitos, por não entenderem o contexto de suas produções, podem deduzir que tais construções constituem precisamente uma anomalia semântica.⁷

⁷ Entende-se por anomalia semântica a impossibilidade ou dificuldade de atribuir significado a uma expressão linguística (Móia, 2016:270-297).

2.1. CONCEITO DE *CORPUS*

Uma vez que nos propusemos falar sobre os empréstimos de origem angolana e que os encontramos nos documentos que formam o nosso *corpus*, é por certo perentório reservar efetivamente um espaço para nos debruçarmos sobre o conceito que está subjacente ao lexema *corpus*, para que serve, os seus diferentes tipos, como o constituímos e que critérios usámos para a sua seleção.

Tendo em conta as várias reflexões sobre o lexema em análise, apresentaremos algumas ilações tanto pertinentes quanto provenientes da Linguística e da Linguística de *Corpus*. De acordo com Sager (1990:189), “un corpus de documentos es un conjunto representativo de textos de un campo temático que, de esta manera, se limita de forma muy concreta.”

Concordamos com Trask (1993:65), quando faz uma reflexão sobre *corpus*, ao afirmar que “a body of linguistic data from a particular language, in the form of recorded utterances or written texts, which is available for analysis.”

Segundo Ducrot e Todorov (1972:50), “étudier une langue, c’est donc avant tout réunir un ensemble, aussi varié que possible, d’énoncés affectivement émis par des utilisateurs de cette langue à une époque donnée (cet ensemble = le corpus).”

Na concepção de Galisson e Coste (1983:169), tal aceção pode ser mais desenvolvida:

“*Corpus* [é] um conjunto finito de enunciados tomados como objecto de análise. Mais precisamente, conjunto finito de enunciados considerados característicos do tipo de língua a estudar, reunidos para servirem de base à descrição e, eventualmente, a elaboração de um modelo explicativo dessa língua. Trata-se pois de uma colecção de documentos quer orais (gravados ou transcritos) quer escritos, quer orais e escritos de acordo com o tipo de investigação pretendido.” (Galisson e Coste, 1983:169)

Na perspetiva de Rastier (2005:32), “un corpus est un regroupement structuré de textes integraux, documentés éventuellement enrichis par étiquetage, et ressemblés (i) de manière

théorique réflexive en tenant compte des discours et de genres, et (ii) de manière pratique en vue d'une gamme de applications."

Para Sinclair (2005:23), "corpus is a collection of pieces of language text in electronic form, selected according to external criteria to represent, as far as possible, a language or language variety as a source of data for linguistic research." Tal abordagem pode ser reforçada com a perspectiva de Wynne (2005:3), segundo a qual "linguistic corpus is a collection of texts which have been selected and brought together so that language can be studied on the computer."

As reflexões *supra* referenciadas fazem-nos perceber o conceito de *corpus* de duas formas. A primeira perspectiva, *corpus* como conjunto de textos, como gravações ou objetos de que nos servimos para a análise. A segunda realça que um *corpus*, se por ventura for textual, rigorosamente tem de estar em suporte digital, para facilitar a análise dos dados. Segundo Torruella e Llisterri (1999:2), "la función principal de un corpus, tanto textual como oral, es establecer la relación entre la teoría y los datos." É de suma importância o parecer de Llamazares (2008:330), relativamente aos primórdios da análise linguística com *corpus*.

"Con el avance del siglo XIX y hasta mediados del XX se siguió empleando esta forma de trabajar basada en la recopilación de una gran cantidad de datos escritos (corpus) para: (1) dar cuenta del proceso de adquisición del lenguaje infantil a través de la transcripción de las interacciones de los niños con sus padres. (2) Establecer convenciones ortográficas. (3) Obtener listas de vocabulario para la enseñanza de segundas lenguas. (4) Realizar estudios comparativos de lenguas." (Llamazares, 2008:330)

2.2. TIPOS DE CORPUS

Ao longo da nossa abordagem sobre os tipos de *corpus*, seguiremos a tipologia adoptada por Sinclair (1996), Torruella e Llisterri (1999) e Llamazares (2008). Antes de mais, é preciso sublinhar que, segundo estes autores, a tipologia de *corpus* é estabelecida segundo os sete parâmetros seguintes: a modalidade da língua, o número de línguas, os limites do *corpus*, a especificidade do texto, o período temporal que abarcam os textos, o tamanho dos textos e, por fim, o tratamento aplicado ao *corpus*.

2.2.1. MODALIDADE DA LÍNGUA

Relativamente à modalidade da língua, de acordo com Llamazares (2008:343), o *corpus* pode ser escrito, oral ou misto.

“Los corpus escritos están formados únicamente por muestras procedentes de la modalidad escrita de la lengua. Los corpus, por su parte, únicamente recogen muestras de la lengua hablada, que pueden ser transcripciones acompañadas de transcripciones ortográficas y/o fonéticas, más usadas en lingüística e tecnología del habla. Los corpus mixtos combinan ambas modalidades.” (Llamazares, 2008:343-344)

O nosso *corpus* de análise, quanto à modalidade da língua, é, assim, escrito, pois trata-se de jornais escritos.

2.2.2. NÚMERO DE LÍNGUAS

Relativamente ao número de línguas, o *corpus* pode ser, segundo Llamazares (2008:344), monolíngue, bilingue ou multilingue.

“Según el número de lenguas, los corpus se clasifican fundamentalmente en monolingües y bilingües o multilingües. Los corpus monolingües están compuestos por textos en una sola lengua. Los corpus bilingües o multilingües están formados por textos en dos (bilingües) o más lenguas (multilingües) sin que, en principio, sean traducciones unos de otros y sin compartir criterios de selección.” (Llamazares, 2008:344)

Uma vez que o nosso *corpus* é somente escrito em português, deduzimos, portanto, que se trata nitidamente de um *corpus* monolíngue. Os *corpora* bilingues ou multilingues são geralmente usados para fazer análise contrastiva de sistemas linguísticos e para equivalências em tradução (Llamazares, 2008: 345).

2.2.3. LIMITES DO *CORPUS*

No que se refere aos limites do *corpus*, o mesmo pode ser classificado em *corpus* fechado ou *corpus* aberto (Llamazares, 2008:345).

“Los corpus cerrados constan de un número finito de palabras, que se establece de forma previa a la recopilación del corpus. Los corpus abiertos o corpus monitor, por el contrario, son corpus dinámicos, que se mantienen en constante crecimiento, normalmente mediante la introducción periódica de nuevas cantidades de textos según unas proporciones previamente definidas.” (Llamazares, 2008:345)

Este parecer pode ser reforçado com as palavras de Torruella e Llisterri (1999:10), segundo as quais “corpus monitor es consecuencia de la gran cantidad de palabras que últimamente están incluyendo los corpus.”

Tendo em conta as abordagens sobre o limite do *corpus*, o nosso *corpus* de análise é fechado.

2.2.4. ESPECIFICIDADE DOS TEXTOS

Quanto à especificidade dos textos, o *corpus* pode ser geral ou especializado (Llamazares, 2008:345). Na perspectiva de Torruella e Llisterri (1999:11), *corpus* geral é um “corpus que, al pretender reflejar la lengua común en su ámbito más amplio, se interesa por recoger cuanto más tipos de géneros mejor. Este tipo de corpus es útil para describir la lengua común de una colectividad, el lenguaje que utilizan los hablantes en situaciones comunicativas normales.”

Segundo Llamazares (*ibidem*), “los corpus especializados recogen textos que pueden aportar datos para la descripción de un tipo particular de lengua (‘sublenguaje’). P.ej., un corpus que solo recoge textos jurídicos.”

Uma vez que o nosso trabalho é em Lexicologia e Lexicografia e que nos cingimo somente ao vocabulário de língua corrente,⁸ constituímos um *corpus* geral. Caso estivéssemos a trabalhar em Terminologia teríamos de, necessariamente, usar um *corpus* especializado.

2.2.5. PERÍODO TEMPORAL QUE ABARCAM OS TEXTOS

Concernente ao período temporal que abarcam os textos,⁹ um *corpus* pode ser diacrónico ou sincrónico (Llamazares, 2008:345). Segundo Torruella e Llisterri (1999:11), o *corpus* diacrónico “incluye textos de diferentes etapas temporales sucesivas en el tiempo con el fin de poder observar evoluciones en la lengua.”

Por outro lado, Llamazares (2008:345-346), além de corroborar com tal afirmação, mostra que “corpus sincrónicos su finalidad es permitir el estudio de una o más variedades lingüísticas en un momento determinado del tiempo (año, período...), pero sin prestar atención a su evolución. Son mucho más frecuentes que los corpus diacrónicos.”

O nosso *corpus* de análise, *Voz de Angola – Clamando no Deserto* (1901), é sincrónico, pelo seu período temporal, a saber: 1901.

2.2.6. TAMANHO DOS TEXTOS

Relativamente ao tamanho, um *corpus* pode ser de referência ou textual (Llamazares, 2008:346). Segundo Torruella e Llisterri (1999:12), “corpus de referencia (Reference corpora) [es] corpus formado por fragmentos de los textos de los documentos que lo constituyen.”

Llamazares (*ibidem*) amplia tal reflexão dizendo:

⁸ O léxico de língua corrente tem que ver com um conjunto, teoricamente definido, constituído por unidades lexicais utilizadas por vários grupos socioculturais; essas unidades lexicais estão interrelacionadas com diferentes domínios de experiência próprias de uma comunidade (Lino *et al*, 1991:315).

⁹ Quando falamos sobre o período temporal que os textos abarcam, referimo-nos ao ano em que o texto é produzido.

“Corpus de referencia aquellos formados por fragmentos de textos, habituales en los corpus que quieren proporcionar una información lo más completa posible sobre una lengua y tienen que incluir textos de diferentes géneros, temáticas, etc. Corpus textuales aquellos que incluyen textos enteros, sin fragmentar. Más habituales cuando el objeto del corpus es un sublenguaje o lenguaje de especialidad.” (Llamazares, 2008:346).

Em virtude dos pronunciamentos acima referidos, julgamos que o nosso *corpus* de análise é nitidamente um *corpus* textual. Afirmamos isso por trabalharmos com o jornal *Voz de Angola – Clamando no Deserto* (1901), transformado em livro, e por trabalharmos com ele como um todo.

2.2.7. TRATAMENTO APLICADO AO CORPUS

Quanto ao tratamento aplicado ao *corpus*, este pode ser não codificado ou codificado (Llamazares, 2008:346).

“Corpus simples, bruto, no anotado o no codificados consistem en textos guardados sin formato alguno y sin añadir ningún tipo de información adicional, como pueden ser códigos o anotaciones. Corpus codificados o anotados están formados por textos a los que se les han añadido, de forma manual o automática, determinadas informaciones.” (Llamazares, 2008:346)

Quanto ao tratamento, o nosso *corpus* é nitidamente codificado. Um *corpus*, segundo Galisson e Coste (1983:169), pode ser exaustivo ou seletivo. O primeiro corresponde a um *corpus* que compreende todos os enunciados característicos. O segundo, *corpus* seletivo, compreende apenas a uma parte desses enunciados.

2.3. CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE ANÁLISE

É tão difícil quanto importante falar sobre os rigorosos passos que tivemos de dar para constituir o nosso *corpus* textual de análise. Gostaríamos, efetivamente, de nos debruçar sobre isso, tendo em conta que, de acordo com Costa (2005:[s.p]), para a constituição de um *corpus* é necessário passar por uma rigorosa seleção, organização e sistematização de textos.

Visto que a dimensão do *corpus* varia segundo os objetivos do investigador e o volume de enunciados considerados como característicos do fenómeno a estudar, tal como realçavam Galisson e Coste (1983:169), fizemos, primeiro, um levantamento dos periódicos angolanos da época colonial. Do levantamento feito obtivemos trinta e dois periódicos, conforme se pode ver em anexo.

Procurámos os periódicos em bibliotecas¹⁰ e notámos que muitos estão em mau estado. Tendo em conta os critérios de autenticidade e representatividade, deduzimos que o nosso “*corpus* de extração” seria o jornal *Voz de Angola – Clamando no Deserto* (1901), constituído por oito artigos, cinco discursos e onze relatórios extraídos de muitos trabalhos literários publicados em diversas épocas. Relativamente à quantidade dos seus constituintes, podemos notar na seguinte figura:

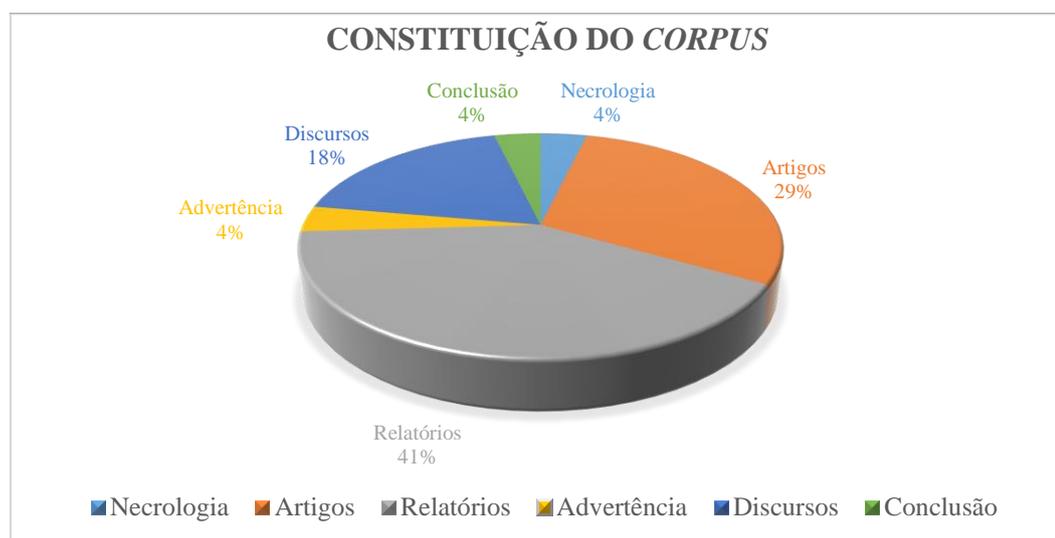


Figura 1: Constituição do *corpus* de extração.
Fonte: Elaboração própria.

Digitalizámos o livro, convertendo-o em formato *pdf*. Depois, convertêmo-lo para o formato *word* e deste para o formato *txt*, conhecido também por texto sem formatação, a fim de o podermos inserir no *Antconc* e no *Concapp*, programas para tratamento semi-automático do *corpus*. Depois de o inserirmos nestes programas, notámos que o nosso *corpus* de extração é composto por 10.048 (dez mil e quarenta e oito) formas únicas e um total de 52.371 (cinquenta e dois mil, trezentas e setenta e uma) formas, tal como podemos ver na figura de dados estatísticos.

¹⁰ Procurámos na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), no Arquivo Nacional do Ultramar (ANU) e na Fundação Mário Soares (FMS), a quem muito agradecemos a extremosa paciência e prestimosa ajuda.

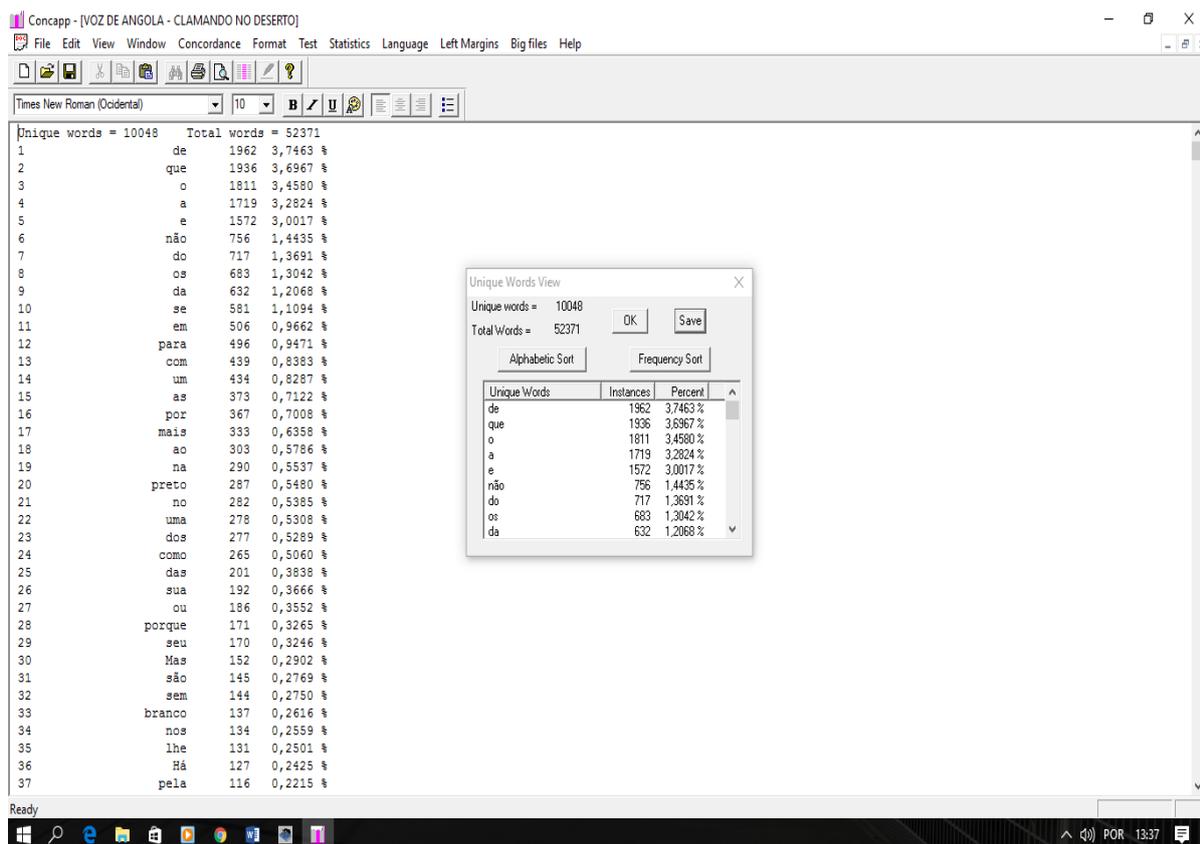


Figura 2: Dados estatísticos do *corpus* de extração.

Fonte: Elaboração própria.

O nosso *corpus* de extração, como já foi referido, é composto por um livro que é um conjunto de extratos de jornal da época colonial (1881-1901), com artigos, discursos e relatórios extraídos de muitos trabalhos literários publicados ao longo de diversos anos. A partir deste *corpus* de extração, definimos o *corpus* de exclusão,¹¹ composto por setenta e dois lexemas, cujo critério para definir o caráter neológico por empréstimo dos dados é o lexicográfico. Para tal, servimo-nos do *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (2001), do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2001) e do *Dicionário de Regionalismos Angolanos* (2014).

A título ilustrativo, atentemos na concordância do lexema “monangamba”, que foi validado como empréstimo de origem angolana.

¹¹ Um *corpus* de exclusão é, de acordo com Correia e Lemos (2009:19), um conjunto de dados que servirão para verificar o caráter neológico dos dados recolhidos.

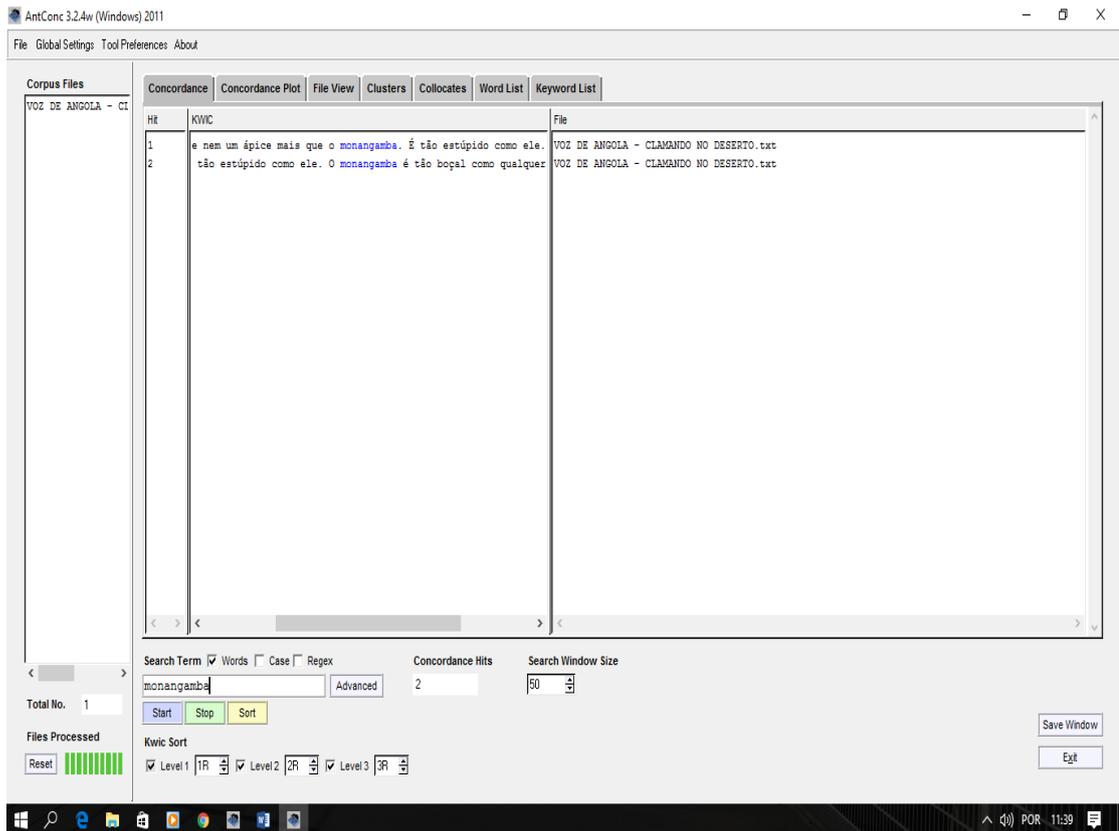


Figura 3: Concordância de “monangamba”.

Fonte: Elaboração própria.

2.4. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO *CORPUS*

Para a validade e confiabilidade da nossa pesquisa baseada em *corpus* de análise, tivemos, como critérios de seleção, a autenticidade e a representatividade.

Relativamente à autenticidade, procurámos um texto escrito numa língua natural e, ao ser escrito, não se previa propriamente um estudo nesta dimensão lexical. Além disso, um texto escrito por um falante cuja língua materna fosse de facto o português (Cf. Sardinha, 2004).

No que se refere à representatividade, de acordo com Sager (1990:189), “hasta ahora, no existen unas directrices fidedignas para determinar qué cantidad de texto constituye un corpus de documentos representativo. Es una cuestión para futuras investigaciones.” Procurámos, assim, um *corpus* que fosse abundante em empréstimos de origem angolana e escrito por um defensor da cultura angolana.



CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM ANGOLANA

3.1. EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM ANGOLANA

Quando Vergílio Ferreira afirmou “da minha língua vê-se o mar”, não estava, de todo, errado. Diríamos nós que, da nossa língua, vemos a história de povos: suas viagens, cultura, contactos internacionais e, até mesmo, momentos bélicos. É esta tão fugaz quanto indelével história que podemos ver através das unidades lexicais.

A partir do nosso *corpus* de extração foram selecionadas 72 (setenta e duas) unidades lexicais, com diferentes processos de formação e provenientes de, até ao que podemos verificar, cinco línguas de Angola. Estes empréstimos são provenientes do *umbundu*, *kimbundu*, *cokue*, *kikongo* e *kwanyama* – línguas faladas por povos *bantu*. Por esta razão, apraz-nos debruçar, nem que seja sucintamente, sobre um mapa onde se retrata a entrada dos *bantu* em Angola. A figura a seguir mostra-nos a penetração dos povos *bantu*, no território que hoje é Angola.

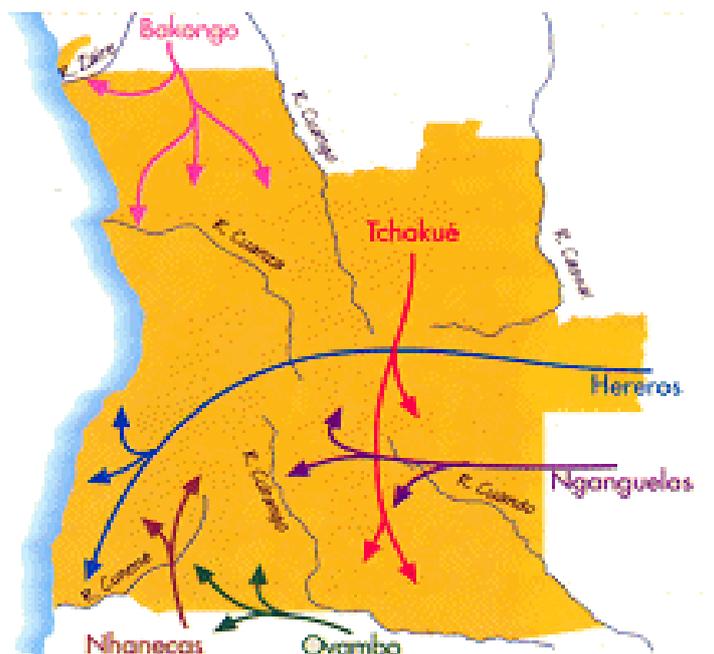


Figura 1: Mapa sobre a distribuição bantu em Angola (povos e línguas).
Fonte: http://cpires.planetaclix.pt/cpires_angola_povos.html (acedido em 30.01.2017).

Segundo Guthrie (1971:117), grande estudioso dos povos *bantu*, “the bantu field has been divided geographically into six areas each containing two or three zones in the following way: NW (Zones A, B, C), CW (Zones H, L), SW (Zones K, R), NE (Zones D, E, F), CE (Zones G, M, N), SE (Zones P, S).”

Angola, tendo uma extensão territorial de 1.246.700 km², alberga, segundo os dados do censo populacional de 2014, um total de 25.789.024 habitantes – *bantu* e não *bantu*.

Segundo Altuna (2006:20), “a população bantu de Angola abrange nove subgrupos: Bakongos, Quimbundos, Ovimbundos, Lunda-Tchokwé, Ngangelas, Nhanecas-Humbes, Ambós, Hereros, Xindongas.”

Os empréstimos recolhidos pertencem a diferentes classes gramaticais. Tendo em conta as classes gramaticais a que pertencem os empréstimos, julgamos ser importante fazer uma organização dos empréstimos por línguas e em campos lexicais, pois, como diz Foucault (1966:168), a proposição está para a linguagem como a representação está para o pensamento.

3.1.1. EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM *UMBUNDU*

Relativamente ao *umbundu*, convém termos em conta que, segundo Valente (1964:9), “[o] umbundu é hoje a língua de Angola mais estudada (kimbundu foi, mas agora não é com certeza)”.

Depois do *Recenseamento Geral da População e Habitação* realizado e apresentado, a 16 de outubro de 2014, pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, constatou-se que há cerca de seis milhões de falantes do *umbundu*. Esta língua é falada nas províncias de Benguela, Huambo, Bié, Kwanza-Sul, Namibe e Huíla.¹² A título ilustrativo, podemos notar no seguinte mapa etnográfico de Angola:

¹² Segundo Chombela (2013:51), “o umbundu também é falado na parte noroeste da província do Kwandu Kubangu.” Esta província é também chamada por “KK”.



Figura 2: Mapa sobre a área linguística natural do *umbundu*.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=NKcdBEMYO7Y> (acedido em 27.01.2017).

No que se refere ao alfabeto, a língua *umbundu* tem 23 grafemas e dígrafos, a saber: *a, b, e, f, h, i, k, l, m, mb, n, nd, ng, ñg, nj, o, p, s, t, u, v, w, y*. De entre estes, grafemas e dígrafos constam 5 vogais: *a, e, i, o, u* (Valente, 1964:22-26).

Depois do processo de validação dos candidatos a empréstimo, notámos que as unidades lexicais validadas eram seis topónimos (etnotopónimo e corotopónimos),¹³ um zoónimo e um adjetivo pátrio, conforme podemos notar no seguinte quadro:

N.º	CAMPOS LEXICAIS	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1	Corotopónimo	Benguela, Catumbela, Lunda, Quilengues, Sumbi	5
2	Etnotopónimo	Bailundos	1
3	Gentílico	Bihenos	1
4	Hidrotopónimo	Cuanza	1
5	Zoónimo	Mpala	1

Quadro 1: Empréstimos do *umbundu* por campos lexicais.

Fonte: Elaboração própria.

¹³ Silva e Oliveira (2012:5-6) fazem uma interessante classificação dos topónimos e mostram que o primeiro, o etnotopónimo, se refere a topónimos relativos aos elementos étnicos, individuais ou não, povos, tribos, castas. O segundo, o corotopónimo, refere-se a nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes.

Notamos precisamente um total de nove empréstimos provenientes do *umbundu*. Relativamente à categoria gramatical, podemos afirmar que a maioria pertence à classe dos nomes, pois oito são nomes e um é adjetivo.

Visto que as estruturas nominiais são organizadas em classe, a sílaba ou sílabas iniciais destas estruturas nominiais constituem a expressão da respetiva classe, cujo número são dez.

Para um melhor entendimento da especificidade de cada classe nominal, o seguinte quadro ilustra de maneira precisa o que cada classe indica.

CLASSES	INDICAÇÃO DAS CLASSES
1. ^a	Seres animados
2. ^a	Seres inanimados
3. ^a	Instrumentos
4. ^a	Objetos de grandeza
5. ^a	Termos abstratos
6. ^a	Objetos de extensão
7. ^a	Termos abstratos
8. ^a	Termos verbais
9. ^a	Animais
10. ^a	Diminutivos

Quadro 2: Classes e respetiva indicação.

Fonte: Elaborado a partir da *Gramática do Umbundo* de Pe. José Valente.

Merece-nos um pequeno comentário o facto de o autor, no quadro transcrito, atribuir a mesma indicação às classes 5 e 7. Segundo Valente (1964:48), “esta catalogação em que a 7.^a classe, repetição da 5.^a, tende mais para o *quicongo* (dialeto *vili*) do que para o *kimbundu* é um princípio de interpretação, mas não o termo, e a dúvida permanece. Mas, apesar dela, mantém-se a pergunta.”

Tendo em conta a língua *umbundu*, a distribuição das classes nominais pode ser apresentada no seguinte quadro:

CLASSE OU TEMA - SINGULAR	ESPECIFICAÇÃO	SUBCLASSIFICAÇÃO	FORMAS NO PLURAL
Nomes	Próprios equiparados	nomes próprios, irmãos e casais	VO VA
U	Pessoas e ofícios pessoas qualidades árvores e partes do corpo	Sempre naturalidade, origem a) pessoais concretas b) internas abstratas	OVA A VA OVA OVO OVI
E, I (radical da palavra)	agente, conjunto extensão não limitada	dissílabos e polissílabos a) monossílabos e palavras iniciadas em I b) para evitar ambiguidade	A OVA OVO
O	Nomes sem características: animais, objetos	Forma única geral	OLO
OKU	movimento fluente em acção de ... rios	provenientes de verbos; a) radical sem flexão b) » alterado nomes próprios	OVI OVO VO
OCHI	Movimento interminante (aumentativo)	forma única geral	OVI
OLU	Circunscrito a ...ideia de relatividade (vermes)	radical iniciado em: a) consoante	OLO

		b) vogal	ALU
OMU	tema primitivo bantu de que U é evolução	para coisas para pessoas	AMU OMA
OW	nomes expulsos da classe O por começarem em vogal	forma única geral	AW
OKA	respeita o tema dos nomes já qualificados tanto no singular como no plural, excepto O	a) nos temas singulares monossílabos, contrai-se b) antes de tema dissílabo, corta o O	OTU

Quadro 3: Distribuição das classes nominais.

Fonte: *Gramática Umbundu* de Pe. José Francisco Valente.

3.1.2. EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM *KIMBUNDU*

Relativamente ao *kimbundu*, convém termos em conta que anteriormante era a língua mais falada a nível territorial. De acordo com Maia (1994:5), “a área linguística natural do grupo Kimbundu¹⁴ cobre as regiões administrativas de Luanda, Bengo, Malanje, Kwanza-Norte e uma parte do Kwanza-Sul.”

A título ilustrativo, não nos poderíamos olvidar de apresentar, a partir de um mapa etnográfico de Angola, a região do *kimbundu*, sistema linguístico com maior número de empréstimos no nosso *corpus* de extração.

¹⁴ Julgamos ser importante realçar que a designação vernácula deste povo é “Mbundu”.



Figura 3: Mapa sobre a área linguística natural do *kimbundu*.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=NKcdBEMYO7Y> (acedido em 27.01.2017).

Dissemelhantemente do português, a pluralização das estruturas nominais do *kimbundu* é indicada por prefixos *a*, *i*, *ma*, *ji*, *mi*, *tu* (para o diminutivo) e *ki* (para o aumentativo) que se dividem em dez classes.

Esta metodologia de agrupação das estruturas morfológicas em classes começou, de acordo com Costa (2006:99), no século XIX, com Bleek, cuja investigação se cingia ao estudo das línguas bantu da África do Sul.

CLASSES	PREFIXO DE CLASSE		EXEMPLIFICAÇÃO		
	Singular	Plural	Singular	Português	Plural
1. ^a	mu	a	muhatu	a mulher	ahatu
2. ^a	mu	mi	muxi	a pau ou a árvore	mixi
3. ^a	ki	i	kinama	a perna	inama
4. ^a	di	ma	dibengu	o rato	mabengu
5. ^a	u	mau	uta	a espingarda	mauta
6. ^a	lu	malu	lubambu	a corrente	malubambu
7. ^a	tu	matu	tubia	o fogo	matubia
8. ^a	ku	maku	kufua	a morte	makufia

9. ^a	i	ji	imbua	o cão	jimbua
10. ^a	ka	tu	kaditadi	a pedrinha	tuditadi

Quadro 4: Pluralização das estruturas nominais do *kimbundu*.

Fonte: *Gramática do Kimbundo* de José Luiz Quintão.

O quadro a seguir mostra-nos a organização dos empréstimos provenientes do *kimbundu*, em campos lexicais.

N.º	CAMPOS LEXICAIS	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1	Administração Civil	Mueneputu, Soba	2
2	Alimentação	bombô, cacusso, cangica, jinguba, macunde, moambas, massa ambala	7
3	Antropónimo	Capôco	1
4	Bebida	maluvo, maxila	2
5	Botânica	macanha	1
6	Comércio	macuta, muhamba, quinda	3
7	Corotopónimo	Ambaca, Ambriz, Angola, Bengo, Cambambe, Cassange, Cazengo, Colungo-Alto, Dembos, Golungo Alto, Icolo, Libolo, Loanda, Luanda, Lucala, Massangano, mato, Muxima, Quifangondo	19
8	Dança	quinau	1
9	Instrumento	cachimbo, capetos	2
10	Etnotopónimo	Kimbundos	1
11	Habitação	chimbeque, cubata, luando, tunga	4
12	Hidrotopónimo	Dande, Quibenguenha	2
13	Justiça	maca	1
14	Medicina	matuto	1
15	Música	marimba, goma	2

16	Necrologia	uafo	1
17	Olaria	sanga	1
18	<i>Statu</i> social	mucama, monangamba	2
19	Indumentária	tanga	1

Quadro 5: Empréstimos do *kimbundu* por campos lexicais.

Fonte: Elaboração própria.

Notamos, de facto, uma maior produtividade de empréstimos cujo campo lexical é o dos corotopónimos.

3.1.3. EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM *COKUE*

A língua *cokue* é atualmente falada pelo povo Lunda.

O alfabeto *cokue* é formado por 22 letras. Segundo Martins (1990:25-31), “as vogais são como em português: *a, e, i, o, u*. O *w* emprega-se em substituição do *u*. As consoantes desta língua são: *b, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, r, s, t, v, x, z* e soam também como em português. Todas as palavras terminam em vogal e nunca em consoante.” A região ocupada por falantes desta língua pode ser ilustrada na seguinte figura:



Figura 4: Mapa sobre a área linguística natural do *cokue*.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=NKcdBEMYO7Y> (acedido em 27.01.2017).

A partir do nosso *corpus* de extração, encontramos duas unidades lexicais que pertencem a esta língua. Podemos notar isso no seguinte quadro:

N.º	CAMPO LEXICAL	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1	Hierarquia Administrativa	Muatayancua, Muatyanvua	2

Quadro 6: Empréstimos do *cokue* por campo lexical.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de serem duas unidades lexicais, a partir do contexto notamos que se trata de uma variação denominativa resultante de uma falha datilográfica, pois são duas unidades lexicais que nos remetem para o mesmo referente. A forma vernácula, que remete para o Rei Lunda, é “Muatyanvua”.

Tendo em conta o seu radical “muat-”, julgamos, e podemos comprovar, que se trata de um Rei. A reflexão de Ribas (2014:257) transmite-nos a ideia de que um “Muata” seja equivalente a um “Soba”. Na hierarquia administrativa da cultura *cokue*, porém, havia o Muatyanvua (Rei ou Soberano da Terra), o Regedor (aquele que controla a zona) e o Soba (aquele que controla a aldeia ou bairro). Os nomes em *cokue*, tal como nas restantes línguas *bantu*, estão organizados em classes.¹⁵ A partir do quadro apresentado por Martins (1990:37), o nome em análise pertence à 1.ª classe.

3.1.4. EMPRÉSTIMOS DE ORIGEM KIKONGO

O *kikongo* é a língua do antigo Reino do *Kongo*. Segundo Maia (1994:5) “o grupo *Kongo* abarca as províncias de Cabinda, Uíge e Zaire.” Notamos que também ocupam uma parte de Malanje e Bengo.¹⁶ A título ilustrativo, podemos ver isso na seguinte figura:

¹⁵ Há dez classes nominais em *Cokue*.

¹⁶ Convém recordar que essa era a língua do antigo Reino do *Kongo*.



Figura 5: Mapa sobre a área linguística natural do *kikongo*.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=NKcdBEMYO7Y> (acedido em 27.01.2017).

Encontramos, no seguinte quadro, os empréstimos de origem angolana provenientes do *kikongo*, organizados em campos lexicais.

N.º	CAMPOS LEXICAIS	EMPRÉSTIMOS	TOTAL
1	Obscurantismo	Lubuco	1
2	Corotopónimo	Bembe, Cabinda, Congo, Encoge	4
3	Medida	cucurutos	1

Quadro 7: Empréstimos do *kikongo* por campos lexicais.

Fonte: Elaboração própria.

De entre as unidades lexicais validadas como empréstimos de origem angolana, encontramos maioritariamente unidades lexicais provenientes sobretudo do *kimbundu*, conforme podemos notar no gráfico seguinte.

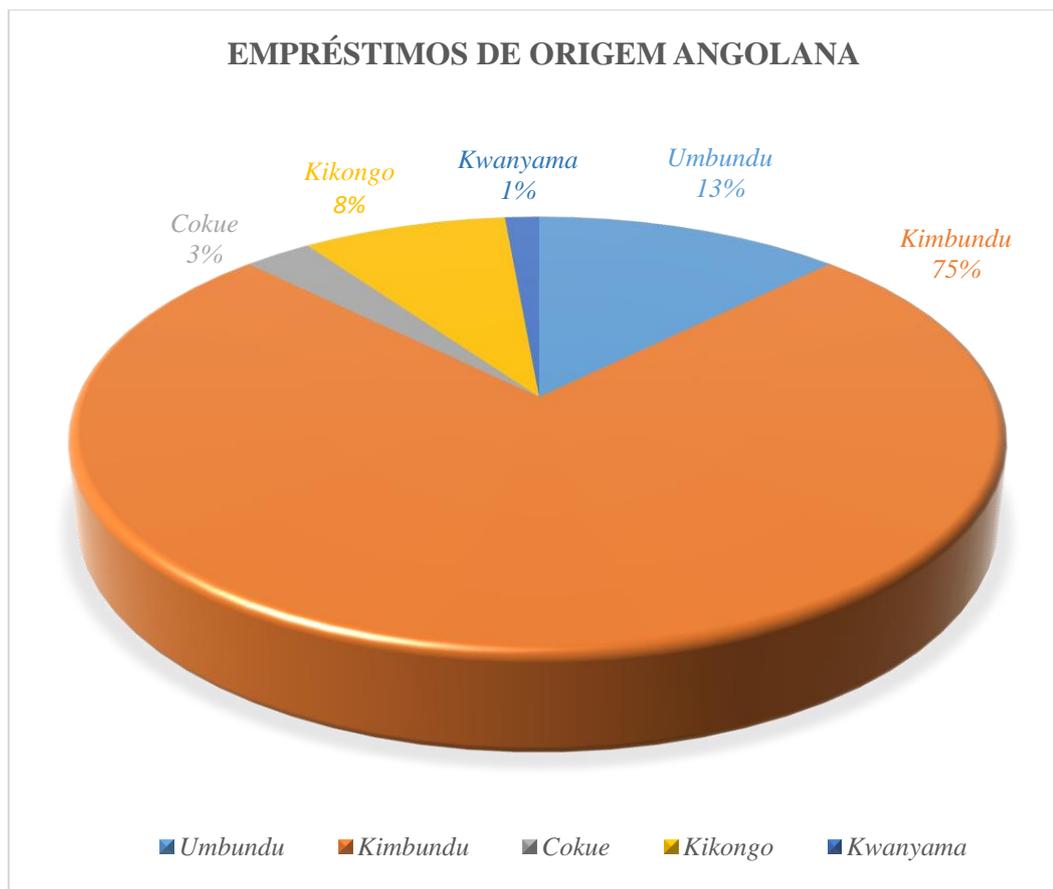


Figura 6: Empréstimos de origem angolana.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de o *umbundu* ter mais falantes, encontramos no *corpus* de extração mais unidades lexicais do *kimbundu*.

3.2. ANÁLISE TAXIONÓMICA DOS EMPRÉSTIMOS

É perentório termos em conta que, de acordo com Valente (1964:46), “todas as gramáticas bantas constataam a existência de classes. Elas são a base da língua e formam o génio dela.” Apresentamos, assim, a seguinte tabela com a língua de origem, forma original (vernácua) e significado de cada empréstimo de origem angolana validado.

N.º	LÍNGUA DE ORIGEM	FORMA ORIGINAL	EMPRÉSTIMO	SIGNIFICADO
1	<i>Kimbundu</i>	<i>Mbaka</i> ¹⁷	Ambaca	Região ao Norte do rio Kwanza, outrora compreendendo a região de Cazengo, Lucala e Gulungo-Alto.
2	<i>Kimbundu</i>	<i>Mbriz</i>	Ambriz	Região ao Norte de Angola entre o Kisembu e o Musulu.
3	<i>Kimbundu</i>	<i>Ngola</i>	Angola	Título de um dos potentados <i>ambundu</i> que existia no antigo reino do Ndongo, entre o Anzele, Ambaka e Pungo Andongo. “Ngola” em <i>kimbundu</i> significa “magestade, potentado, força” o mesmo termo em <i>kikongo</i> quer dizer “rigor, força, fortaleza ou robustez.” ¹⁸
4	<i>Umbundu</i>	<i>Mbalundu</i>	bailundos	Natural do Bailundo, município da província do Huambo, no planalto central de Angola.
5	<i>Kikongo</i>	<i>Mbembe</i>	Bembe ¹⁹	Município da província do Uíje.
6	<i>Umbundu</i>	<i>Venga, Mbenga</i>	Benguela	“Benguela” é de origem <i>umbundu</i> : “ <i>Venga</i> ” ou “ <i>mbenga</i> ”, do verbo “ <i>okuvenga</i> ” ou “ <i>okuvengela</i> ”), significa “ser turva” (com respeito à água do rio ou lagoa).
7	<i>Umbundu</i>	<i>Wye ou Vye</i>	Bihenos ²⁰	Natural do Bié, planalto central de Angola.
8	<i>Kimbundu</i>	<i>Mbombo</i>	Bombô	Mandioca fermentada assada, frita ou cozida.
9	<i>Kikongo</i>	<i>Kambinda</i>	Cabinda	Natural de Cabinda, província ao norte de Angola na margem direita do rio Zaire.

¹⁷ Também é usado em *kimbundu* com o sentido de cidade.

¹⁸ Segundo Carvalho (1898:22), “ao tempo da descoberta do reino do Congo (1485), a região entre os rios Dande e Cuanza, constituía a sua providência meridional chamada N’dongo, cujo limite não nos é conhecido; mas sabia-se da existência das serras da Matamba, onde se estabeleceram os invasores de leste capitaneados por um jaga N’gola Zinga ou Jinga, que já principiava a conquistar terras daquela província do Congo para seu filho N’gola Bandi.”

¹⁹ Existe, em *kimbundu*, a unidade lexical *Mbembe*. É muito provável que tenha derivado do *kimbundu*, cujo sentido é geralmente uma rede oculta, usada por méduns espíritas.

²⁰ É híbrido (*kimbundu* e português).

10	<i>Kimbundu</i>	<i>Kuxiba, kishimba</i>	Cachimbo	Fumadeira que tem um tubo de aspiração e um forninho onde se deposita o tabaco; coisa oca.
11	<i>Kikongo</i>	<i>Kulukutu</i>	Cucuruto	Tamanho, largura, rugosidade.
12	<i>Kimbundu</i>	<i>Kikusu</i> ²¹	Cacussos	Tipo de peixe da lagoa da família dos pércidas.
13	<i>Kimbundu</i>	<i>Kambambi</i>	Cambambe	Derivado do <i>kimbundu mbambi</i> (gazela); o lexema <i>kambambi</i> é o diminutivo de gazela, cervo.
14	<i>Kimbundu</i>	<i>Kanjika</i>	Cangica ²²	Guisado regional de feijão com milho esfarelado.
15	<i>Kimbundu</i>	<i>Kaphetu, Kapetu</i>	Capetos	Pequena almofada; peito pequeno.
16	<i>Kimbundu</i>	<i>Kaphoko</i>	Capôco	Faca pequena.
17	<i>Kimbundu</i>	<i>Kasanji</i>	Cassange ²³	Região em Malanje entre o Bondo, Songo e o rio <i>Kuangu</i> ou <i>Zaire</i> . ²⁴
18	<i>Umbundu</i>	<i>Katombelwa</i>	Catumbela	Adágio em <i>umbundu</i> “ <i>Ulume Katombelwa kotchahe</i> ” (o homem não pode ou não deve ser subjugado naquilo que é seu). / Nome do primeiro soberano da região da Catumbela.
19	<i>Kimbundu</i>	<i>Kanzengu</i>	Cazengo	Região agrícola da província do Kwanza-Norte.
20	<i>Kimbundu</i>	<i>kuximbica</i>	chimbeque	Casa tosca, pobre ou pequena.
21	<i>Kimbundu</i>	<i>Ngulungu, Ongulungu</i>	Colungo-Alto	O mesmo que Gulungo-Alto.
22	<i>Kikongo</i>	<i>Mbanza Kongo</i>	Congo	Região ao norte de Angola que corresponde ao antigo Reino do Kongo; confusão.
23	<i>Umbundu</i>	<i>Kwanza</i>	Cuanza	Rio de Angola, cuja foz é 12 km ao noroeste da povoação de <i>Katota</i> , do posto do mesmo nome, circunscrição do Alto

²¹ Esta designação foi atribuída em virtude da tonalidade da sua cor.

²² Como adjetivo, pode referir-se a alguém que está embriagado.

²³ O povo de *Kisanji* também é conhecido por Bângallas (Carvalho, 1898:15). Renato Mendonça (in “A Influência Africana no Português do Brasil”) *apud* Machado (1952:525) realça que custava ao povo de *Kasanji* falar o português.

²⁴ *Kasanji* é, segundo Carvalho (1898:15), uma pequena planície cercada por uma cordilheira de montanha, começando nas margens do rio *Kuangu*, na extremidade do *kembu*, vem descrevendo uma curva em volta da planície, servindo de fronteira Songo, Bondo e, passando o Hiongo, vem terminar outra vez no *Kuangu*.

				<i>Kwanza</i> – Chitembo - na província do Bié. ²⁵
24	<i>Kimbundu</i>	<i>Kubata</i>	Cubata	Casa, barracão.
25	<i>Kimbundu</i>	<i>Ndandji</i>	Dande	Rio, cuja nascente é no Uíje, município de Negaji.
26	<i>Kimbundu</i>	<i>Ndembo</i>	Dembos	Tribo do Norte de Angola; Chefe, potentado.
27	<i>Kikongo</i>	<i>Nkonji</i>	Encoge	Região divisória das províncias de Malange e Uíje, cujo povo fala o <i>kikongo</i> .
28	<i>Kimbundu</i>	<i>Ngulungu, Ongulungu</i>	Gulungo Alto	Município da província do Kwanza-Norte; antílope de corpulência maior que a da corsa; veado.
29	<i>Kimbundu</i>	<i>Ngoma, Ongoma</i>	Goma	Tambor comprido, batuque.
30	<i>Kimbundu</i>	<i>Ikolo ia Mbengu</i>	Icolo e Bengo ²⁶	Nome dado à região ao Norte de Angola em homenagem ao poder dos sobas <i>Mani Mbengu</i> (que reinou a região até a conquista dos portugueses) e <i>Mani Ikolo</i> (sendo vizinho); esta região é banhada pelos rios <i>Kwanza</i> , a Sul, e <i>Nzenza</i> (nome vernáculo do rio) ou <i>Mbengu</i> (nome dado ao mesmo rio mais tarde em homenagem ao soba <i>Mani Mbengu</i>), ao Norte. ²⁷
31	<i>Kimbundu</i>	<i>Nguba</i>	Ginguba	Fruto da jingubeira; amendoim.
32	<i>Kimbundu</i>	<i>Kimunu, Ambundu</i>	Kimbundos	Grupo <i>bantu</i> que habita as províncias de Bengo, Luanda, Kwanza-Norte, Malanje, Kwanza-Sul e parte do Bié, em Angola.
33	<i>Kimbundu</i>	<i>Lubolo</i>	Libolo	Município da província do Kwanza-Sul.

²⁵ Cf. Mascarenhas (2008:32).

²⁶ Na região de Icolo e Bengo, segundo o que nos diz Neto (2006:15), os colonos não construíram escolas, igrejas, hospitais, nem campos de futebol e aos nativos davam simplesmente chicote, palmatoadas e maus tratos. Ao longo das guerras de dominação coloniais holandesas e portuguesas, Icolo e Bengo – conquistada em 1595/96, no início da administração do Governador Geral João Furtado Mendonça – serviu, num curto espaço temporal, como abrigo e capital do Governo da Colônia de Angola (Mascarenhas, 2008:14 -34).

²⁷ Calcula-se, segundo Mascarenhas (2008:31), que o rio *Nzenza* ou *Mbengu* nasce no extremo norte de Samba Caju, concelho de Ambaca, na província do Kwanza-Norte. Tem, calculadamente, um percurso de 350 km e uma bacia hidrográfica de 13.160 km².

34	<i>Kimbundu</i>	<i>Loanda</i>	Loanda	Capital da República de Angola.
35	<i>Kimbundu</i>	<i>Loanda</i>	Luanda ²⁸	O mesmo que <i>Loanda</i> .
36	<i>Kimbundu</i>	<i>Kulunda</i>	Luando	Espécie de esteira grossa feita de <i>mábu</i> , enrolando-se no sentido da largura.
37	<i>Kimbundu</i>	<i>Lukala</i>	Lucala	Um dos maiores afluentes da região <i>ambundu</i> , cuja nascente é na província do Uíje, município de Negaji.
38	<i>Umbundu</i>	<i>Elunda</i>	Lunda	Região a nordeste de Angola; Lugar que, por calamidade de mortes, deixou de ser habitado. ²⁹
39	<i>Kimbundu</i>	<i>Ma'kaña, kukenya</i> ³⁰	Macanha	Liamba, marijuana.
40	<i>Kimbundu</i>	<i>Maka</i>	Macas	Desentendimento, problema, briga, discussão.
41	<i>Kimbundu</i>	<i>Makunde</i> ³¹	Macunde	Regionalmente, constitui o feijão-frade.
42	<i>Kimbundo</i>	<i>Mukuta</i>	Macuta	Antiga moeda de cobre no valor de trinta reis; fração do angolar.
43	<i>Kimbundu</i>	<i>Maluvu</i>	Maluvo	Bebida obtida a partir da seiva de uma palmeira ou matebeira.
44	<i>Kimbundo</i>	<i>Marimba</i>	Marimba	Instrumento musical estruturado em jeito de piano; tambor.
45	<i>Kimbundu</i>	<i>Masa-ma-mbâla</i>	Massa ambala	Milho de sorgo.
46	<i>Kimbundu</i>	<i>Masa Ngana</i>	Massangano	Isso é milho, Senhor. ³²
47	<i>Kimbundu</i>	<i>Mateba</i> ³³	Mateba	Fibra da matebeira.

²⁸ Luanda foi tomada pelos holandeses em 1641. O então Governador Geral de Angola abandonou a cidade e, acompanhado de membros do seu governo, seguiu o curso do rio *Nzenza* ou *Mbengu* (Mascarenhas, 2008:40).

²⁹ Segundo Carvalho (1898:15), “os Lundas (sujeitos ao Muatyanvua formando diversos estados), os Cassanges (Bângallas), os Cassongos (de Muene Putu) eram oriundos de uma mesma família.”

³⁰ Cf. Oscar Ribas (1994:227).

³¹ É o plural de *dicunde*.

³² Por ser uma região em que se estende o milho para *kanjica*, segundo fonte oral, os portugueses perguntaram: “O que é isso?”. O povo respondeu: “masa Ngana” – que quer dizer – é milho, Senhor!

³³ Trata-se do plural de *diteba*.

48	<i>Kimbundu</i>	<i>Matûmbu</i>	Mato	Sertão; região afastada da costa; terras.
49	<i>Kimbundu</i>	<i>Matute</i> ³⁴	Matuto	Pernas engrossadas pela elefantíase.
50	<i>Kwanyama</i>	<i>Maxicua</i>	Maxila	Leite fermentado. ³⁵
51	<i>Kimbundu</i>	<i>Monangamba</i>	Monangamba	Escravo.
52	<i>Umbundu</i>	<i>Ompala, omphala</i>	Mpala	Antílope com a corpulência de uma cabra com os chifres finos e compridos em ziguezague e de corrida muito curiosa.
53	<i>Kimbundu</i>	<i>Muamba</i>	Muamba	Guisado de galinha, ou de carne de vaca, ou de peixe adubado com água oleosa de dendê.
54	<i>Cokue</i>	<i>Muatyanvua</i>	Muatayancua	O mesmo que <i>Muatyanvua</i> .
55	<i>Cokue</i>	<i>Muatyanvua</i>	Muatyanvua ³⁶	Soberano da Terra.
56	<i>Kimbundu e Português</i>	-	Mucama	Escrava concubina, quer do amo, quer do filho do amo.
57	<i>Kimbundu</i>	<i>Monangamba</i>	Muenengaba	O mesmo que <i>monangamba</i> .
58	<i>Kimbundu</i>	<i>Muene Pulu</i>	Muene Pulu	Pessoa maldosa.
59	<i>Kimbundu</i>	<i>Muene-putu</i>	Mueneputo	Autoridade portuguesa (qualquer que seja a sua hierarquia). ³⁷
60	<i>Kimbundu</i>	<i>kukambama</i>	Muhamba	Artefacto para a condução de mercadorias.

³⁴ É o plural de *ditute*.

³⁵ Entre os povos de *umbundu*, é comumente chamada de “gundi”. A língua *kwanyama* é falada pelo povo *Ovambu* que habita numa parte das províncias do Cunene e do Cuando-Cubango.

³⁶ Segundo Carvalho (1898:28), a Rainha Lueji foi a mãe do primeiro *Muatyanvua*. Para uma compreensão pormenorizada sobre a origem e história desta estrutura nominal, é aconselhável ler a obra *Lueji: o nascimento de um império* (1990), cujo autor é Pepetela.

³⁷ Carvalho (1898:22) usa o lexema *Muene Putu* para se referir ao Rei de Portugal.

61	<i>Kimbundu</i>	<i>Muxima</i>	Muxima	Região produtora de algodão junto ao Massangano; coração. ³⁸
62	<i>Kimbundu</i>	<i>Ngami</i>	Ngami	Nome de um lago; não quero.
63	<i>Kimbundu</i>	<i>Kimbe'ngeña</i>	Quibenguenha	Nome de uma lagoa do município de <i>Ngulungu</i> , Município da província do Kwanza-Norte.
64	<i>Kimbundu</i>	<i>Kuinda</i>	Quinda	Espécie de cesta geralmente usada pelas peixeiras.
65	<i>Kimbundu</i>	<i>Kufwa N'dongu</i>	Quifangondo	Nome atribuído em virtude de, nos períodos de caema, na foz do rio <i>Mbengu</i> , as canoas e os <i>N'dongu</i> naufragarem com gente que morria afogada (encontrada na Funda) e perda da mercadoria.
66	<i>Umbundu</i>	<i>Otylenge</i>	Quilengues	Região, a sudoeste de Angola, geralmente habitada pelos Otylenge-Nkhumbi (ramificação da etnia Nkhumbi). ³⁹
67	<i>Kimbundu</i>	<i>Disânga</i> ⁴⁰	Sanga	Cântaro. Grande vaso de barro, oblongo ou esferoidal, de boa largura.
68	<i>Kimbundu</i>	<i>Soba</i>	Soba	Autoridade suprema de uma tribo africana.
69	<i>Umbundu</i>	<i>Mussumbe</i>	Sumbi	Município do Kwanza-Sul.
70	<i>Kimbundu</i>	<i>Kutangama</i>	Tanga	Vestimenta (cueca); entroncar.
71	<i>Kimbundu</i>	<i>kutunga</i>	Tunga	Construir (moradia); edificar.
72	<i>Kimbundu</i>	<i>wafu</i>	Uafo	Morrer

Quadro 8: Análise taxionómica dos empréstimos.

Fonte: Elaboração própria.

³⁸ É na região da Muxima que encontramos o grande templo espiritual católico em Angola – também denominado “Mamá Muxima” – aclamado inclusive por altos funcionários do Governo Angolano.

³⁹ De acordo com Ribas (2014:336), quando se quer designar o “quilengue autêntico”, diz-se *ova-tylengelenge*.

⁴⁰ Resultado de *kusangana* (convergir). Alusão ao líquido depositado, por efeito de despejamentos vários.

É importante realçar que a maioria dos empréstimos, principalmente do *umbundu*, que pertence à categoria dos topónimos está adaptado ao sistema linguístico do português. Isso, efetivamente, não nos surpreende. Segundo Valente (1964:20), “para a toponímia, o uso adoptou no aportuguesamento dos nomes das povoações duas grafias, CH e QUE, do som primitivo do bundo, TCH.”

3.3. PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS

No que se refere ao processo de formação de unidades lexicais, podemos precisamente notar que, de entre os empréstimos validados, uns são formados por derivação (prefixação e sufixação) e outros são formados por composição (morfológica e morfossintática).

Quanto à derivação, o seguinte quadro mostra-nos os empréstimos formados por derivação prefixal, sufixal e o respetivo morfema derivacional.

N.º	TIPO DE DERIVAÇÃO	MORFEMA DERIVACIONAL	EXEMPLO
1	Prefixação	<i>ca-</i>	Cambambe, Capeto, Capôco
2	Sufixação	<i>-eno,</i>	biheno

Quadro 9: Empréstimos formados por derivação.

Fonte: Elaboração própria.

Relativamente aos empréstimos compostos, tendo em conta a categoria gramatical que os constitui, encontramos três formações constituídas pelas seguintes estruturas: N + Adj. (Nome + Adjetivo); duas formações constituídas por N + N (Nome + Nome). O quadro a seguir mostra-nos os empréstimos formados por composição e as suas combinatórias.

N.º	TIPO DE COMPOSIÇÃO	EXEMPLO
1	Morfológica	Mueneputo, Massangano
2	Morfossintática	Gulungo – Alto, Muene-pulu
3	Sintagmática	Massa ambala

Quadro 10: Empréstimos formados por composição.
Fonte: Elaboração própria.

Nota-se nitidamente que, relativamente ao processo de composição, há mais empréstimos formados por composição morfológica e composição morfossintática. Há efetivamente um composto que não segue estas estruturas, como é o caso de “mucama”. Trata-se, por conseguinte, de uma amálgama,⁴¹ pois “mucama” é, segundo Cabré (1990:38), uma estrutura formada por composição híbrida: “mu” abreviação de “múkua” (referente a) + português aquimbundado “hama” (cama) em alusão à intimidade.

A título ilustrativo, isso foi o que aconteceu com *Nga Ndreza* – quer dizer Senhora Andreza – personagem principal da obra *Nga Muturi*, cujo autor é Alfredo Trony. Diz-se que na morte tudo se torna claro. Depois da morte do seu “patrão-marido”, *Nga Ndreza* passou a usar o luto e as pessoas, em Luanda, passaram a tratá-la por *Nga Muturi* – que, em português, quer dizer Senhora Viúva.

Notamos que, relativamente à classe gramatical, há uma maior produtividade a nível da classe nominal. Isso acontece, quer no português quer em outras línguas, provavelmente pela necessidade que o homem sempre teve de denominar. Segundo Alves (1984:122), “a maior parte dos neologismos recebidos por empréstimo no português pertence à classe gramatical dos substantivos, mais raramente à dos adjetivos e à dos verbos. Este fato ocorre não somente em nossa língua, mas é comum em todos os sistemas linguísticos.”

Organizámos e quantificámos, assim, os empréstimos tendo em conta a classe gramatical e a língua de origem:

⁴¹ Também chamada de vocábulo-mala ou vocábulo-valise.

		LÍNGUAS					Totais
		<i>Umbundu</i>	<i>Kimbundu</i>	<i>Cokue</i>	<i>Kikongo</i>	<i>Kwanyama</i>	
CLASSES GRAMATICAIS	Nome	8	53	2	6	1	70
	Verbo	-	1	-	-	-	1
	Adjetivo	1	-	-	-	-	1
	Advérbio	-	-	-	-	-	-
	Totais	9	54	2	6	1	72

Quadro 11: Quantificação dos empréstimos por línguas e classes gramaticais.
Fonte: Elaboração própria.

Apesar de haver advérbios nas línguas de Angola, não encontrámos, no nosso *corpus* de extração, nenhum empréstimo que pertence à classe adverbial.⁴² Além disso, uma cumplicidade primeira com o mundo fundaria, segundo Foucault (1997:36), a possibilidade de falar dele estando nele, de o designar, de o julgar e de o conhecer, finalmente, sob a forma de verdade.

3.4. PROPOSTA DE DICIONÁRIO

A tarefa de fazer um dicionário monolíngue a que nos propusemos não é fácil, mas vamos conseguir. Será exequível, apesar de exigir uma imensa plasticidade mental, principalmente no que se refere à determinação e ao correto uso das unidades lexicais. Como nos diz Weinrich:

⁴² O sintagma adverbial, como elemento extranuclear de uma fraseologia, tem um grande poder de mobilidade no eixo sintagmático.

“Fazer um dicionário é um assunto sumamente laborioso que requer, além de capacidades científicas tão espetaculares como agudeza de espírito, fantasia, coerência e juízo crítico, muitas virtudes discretas, aparentadas com as dos artífices, como paciência, assiduidade, constância, precisão nos pormenores e – por último mas não em ínfimo lugar – uma grande paixão de colecionador.” (Weinrich, 1979:314).

Uma vez que um dicionário, segundo Jacob Grimm *apud* Weinrich (1979:318), “deve constituir um santuário da língua, conservar na íntegra o seu tesouro e ser acessível a todos; monumento augusto da nação, cujo passado e presente se entrelaçam nele”, procuraremos seguir, rigorosamente, os critérios para a elaboração de dicionário, a saber: critério de direção, critério de função e critério de utilizador.

Será, naturalmente, um dicionário de regionalismos⁴³ angolanos, cujo público alvo é a camada estudantil do Ensino Básico. Estes poderão usá-lo, principalmente, nas aulas de Literatura Angolana ou mesmo de História de Angola.

3.4.1. FICHA LEXICOGRÁFICA DOS EMPRÉSTIMOS

Os dados coletados foram organizados e, para facilitar a compreensão, apresentamos em ficha lexicográfica, cujo modelo contém variados campos:

- Entrada: refere-se à unidade lexical;
- Língua de Origem: a língua de que provém o empréstimo;
- Forma Vernácula: a unidade lexical original na língua de que provém o empréstimo;
- Categoria Gramatical: facilitará a concordância no ato elocutório;
- Variante Gráfica: as distintas grafias apresentam como se escrevem os empréstimos;
- Definição: explicação breve e clara do empréstimo;
- Fraseologia: permite ver como a unidade lexical ocorre no eixo sintagmático;
- Imagem: ilustração ou figura que retrata a unidade lexical em causa;
- Nota: breve comentário para apresentar uma explicação.

⁴³ Ao recorrermos ao uso da unidade lexical “regionalismo”, usamo-la com o sentido de vocábulo, aceção, expressão própria de uma região, que, no nosso caso, é Angola.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	1	Cat Gramatical	n. f.
Entrada	Angola	Língua de origem	Kimbundu
Definição	Título de um dos potentados "Ambundu" que existia no antigo reino do "Ndongo", entre o Anzele, Ambaka e Pungo Andongo. "Ngola" em Kimbundu significa "magestade, potentado, força" o mesmo termo em Kikongo quer dizer "rigor, força, fortaleza ou robustez".		
Fonte de definição	O Jagaão da Baixa de Cassange		
Contexto	«Há mais de três séculos se acha Angola em poder de Portugal e, ao passo que as colónias estrangeiras ocupadas há poucos anos vão prosperando, o que vemos por esses concelhos e na própria capital?»		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p.154		
Abreviatura	AO	Domínio	Corotópónimo
Fraseologia	Implante, em Angola, a ideia santa da fraternidade!		
Forma Vernácula	Ngola	Variante	N'gola
Imagem			
Nota	Foi colónia de Portugal. A independência de Angola foi a 11 de novembro de 1975.		

Figura 7: Ficha lexicográfica da entrada “Angola”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	2	Cat Gramatical	s. m.
Entrada	Cachimbo	Língua de origem	Kimbundu
Definição	1. Fumadeira que tem um tubo de aspiração e um forninho onde se deposita o tabaco. 2. Coisa oca.		
Fonte de definição	Dicionário de Regionalismos Angolanos		
Contexto	Essencialmente detidos de costas, de bazuquillo para o ar, cachimbo na boca, enquanto que as mulheres, esfarrapadas, pintadas, imundas moem farinha.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p.171.		
Abreviatura	-	Domínio	Instrumento
Fraseologia	Deitou-se de costas, com o cachimbo na boca.		
Forma Vernácula	Kuziba	Variante	kizimba
Imagem			
Nota	É muito difícil um Soba não usar cachimbo.		

Figura 8: Ficha lexicográfica da entrada “cachimbo”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	3	Cat Gramatical	n.f.
Entrada	Cambambe	Língua de origem	Kimbundu
Definição	<p>1. Derivado do "Kimbundu" "Mbambi" (gazela); o lexema "Kambambi" é o diminutivo de gazela, cervo.</p> <p>2. Região da província do Kwanza - Norte.</p>		
Fonte de definição	O Jagaão da Baixa de Cassange		
Contexto	O ofício que o digno chefe de Cambambe, o capitão Rebooko, há pouco dirigiu ao governador-geral, e que se acha publicado no Boletim Oficial n.º 49 de 8 de dezembro.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p.147.		
Abreviatura	-	Domínio	Corotopónimo
Fraseologia	Percorrem léguas e léguas para abastecer os mercados de permutação, trazendo ginguba de Cambambe, etc.		
Forma Vernácula	Kambambi	Variante	-
Imagem			
Nota	Por ser uma das maiores barragens de Angola, é usada como local turístico.		

Figura 9: Ficha lexicográfica da entrada “Cambambe”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	4	Cat Gramatical	n.f.
Entrada	Catumbela	Língua de origem	Umbundu
Definição	<p>1. Adágio em Umbundu “Ulume Katombelwa kotsaha” (o homem não pode ou não deve ser subjugado naquilo que é seu). / Nome do primeiro soberano da região da Catumbela.</p> <p>2. Município da província de Benguela.</p>		
Fonte de definição	O Jagaão da Baixa de Cassange		
Contexto	A crise comercial que há alguns meses tem assolado o comércio de Benguela e Catumbela, acentuou-se ultimamente com um carácter assustador.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p.30.		
Abreviatura	-	Domínio	Corotopónimo
Fraseologia	A crise comercial tem assolado o comércio de Benguela e Catumbela.		
Forma Vernácula	Katombelwa	Variante	-
Imagem			
Nota	Nela, encontra-se o magnífico rio Catumbela.		

Figura 10: Ficha lexicográfica da entrada “Catumbela”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	5	Cat Gramatical	n. m.
Entrada	Goma	Língua de origem	Kimbunúu
Definição	Tambor comprido, batuque.		
Fonte de definição	Dicionário de Regionalismos Angolanos		
Contexto	Depois de transcrever de uma estatística o movimento comercial e agrícola de Angola, acrescenta: «Se se atender a que alguns destes artigos, como o azeite de palma, a borraça, a goma copal, etc.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p. 30.		
Abreviatura	-	Domínio	Música
Fraseologia	Se se atender a que alguns destes artigos, como a goma copal, a cera, etc.		
Forma Vernácula	Ngoma	Variante	Ongoma
Imagem			
Nota	Atualmente, ainda é usado como instrumento musical, inclusive na igreja.		

Figura 11: Ficha lexicográfica da entrada “goma”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	6	Cat Gramatical	n. m.
Entrada	Monangamba	Língua de origem	Kimbunúu
Definição	Eseravo.		
Fonte de definição	Dicionário de Regionalismos Angolanos		
Contexto	O monangamba é tão bopal como qualquer carreiro branco de pé e perna, sendo, porém, melhor de instintos, e se não, queiram os braços da Gazeta dar um passeio pelos tribunais.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p. 67.		
Abreviatura	-	Domínio	"Statu" Social
Fraseologia	O galego, de que fala Camilo Castelo Branco, não vale nem um ápice mais que o monangamba.		
Forma Vernácula	Monangamba	Variante	-
Imagem			
Nota	Esta unidade lexical ainda é muito usada em obras de autores angolanos.		

Figura 12: Ficha lexicográfica da entrada “Monangamba”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	7	Cat Gramatical	n. m.
Entrada	Mpala	Língua de origem	Umbundu
Definição	Antílope com a corpulência de uma cabra com os chifres finos e compridos em zigzag e de corrida muito curiosa.		
Fonte de definição	Dicionário de Regionalismos Angolanos		
Contexto	As alcabras de seus administrados, como quem come bifes de cebolada de lombo dum grande mpala, antílope dos sertões.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p. 62.		
Abreviatura	-	Domínio	Zoónimo
Fraseologia	Come bifes de cebolada de lombo dum grande mpala, antílope dos sertões.		
Forma Vernácula	Ompala	Variante	Ompala
Imagem			
Nota	É muito conhecida como gazela.		

Figura 13: Ficha lexicográfica da entrada “Mpala”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	8	Cat Gramatical	n. m.
Entrada	Muatyanvua	Língua de origem	Cokwe
Definição	Soberano da Terra.		
Fonte de definição	O Jagão da Baixa de Cassange		
Contexto	Seisvando Marques acompanha os outros viajantes e descreve com uma tal emoção e tal força de verdade e convicção o sentimento do seu ânimo bem profundo pelos serviços de dois entes na expedição do Muatyanvua.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p. 34.		
Abreviatura	-	Domínio	Hier. Administrativa
Fraseologia	Muatyanvua, é desses entes que o articulista afoga sem misericórdia nos enfatuados palavrões ocos de sentido.		
Forma Vernácula	Muatyanvua	Variante	-
Imagem			
Nota	N'Dumba-Tembo ou Dumba Watembo Rei da Lunda Cokwe entre 1860 – 1880, primo da Rainha Nhakatolo.		

Figura 14: Ficha lexicográfica da entrada “Muatyanvua”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	9	Cat Gramatical	n. m.
Entrada	Mueneputo	Língua de origem	Kimbunáú
Definição	Autoridade portuguesa (qualquer que seja a sua hierarquia)		
Fonte de definição	Dicionário de Regionalismos Angolanos		
Contexto	Ela, com uma grande lábia, convencia-o a que mueneputo tinha direito a compartilhar com ele nos produtos da sua propriedade.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p. 34.		
Abreviatura	-	Domínio	Administração Civil
Fraseologia	O negro, às vezes manietado com seu irmão menor, que já presta serviço denominado de mueneputo.		
Forma Vernácula	Muene-Putu	Variante	-
Imagem			
Nota	Carvalho (1898:22) usa o lexema "Muene Putu", para se referir ao Rei de Portugal.		

Figura 15: Ficha lexicográfica da entrada “Mueneputo”.

Fonte: Elaboração própria.

FICHA LEXICOGRÁFICA			
ID	10	Cat Gramatical	n. f.
Entrada	Muxima	Língua de origem	Kimbunáú
Definição	1. Região produtora de algodão próxima ao Massangano. 2. Coração.		
Fonte de definição	Dicionário de Regionalismos Angolanos		
Contexto	Explorador Serpa Pinto, que ele julga autorizadíssima, sobre o assunto, e também porque, tendo atravessado a pé os concelhos de Muxima, massangano e parte de Cazengo, viu várzeas, campos, aliás férteis, vuultos, abandonados.		
Fonte de contexto	Voz de Angola - Clamando no Deserto, p. 170.		
Abreviatura	-	Domínio	Corotópónimo
Fraseologia	Atravessou a pé o concelho de Muxima.		
Forma Vernácula	Muxima	Variante	-
Imagem			
Nota	A unidade lexical "muxima" passou a ser utilizada como corotópónimo, quando lá se estabeleceu o templo católico.		

Figura 16: Ficha lexicográfica da entrada “Muxima”.

Fonte: Elaboração própria.

4. CONCLUSÃO

O processo de neologia por empréstimo externo pode remeter-nos inevitavelmente para um diálogo entre a Lexicologia e a História. Tal importação de unidades lexicais pode surgir para atender às necessidades culturais, científicas e da comunicação de um modo geral.

No estudo do léxico de língua corrente, podemos encontrar unidades lexicais que também são unidades terminológicas. Todas as unidades terminológicas são unidades lexicais, mas nem todas as unidades lexicais são unidades terminológicas. Ao serem inseridas em um dicionário de língua corrente, as unidades terminológicas perdem o seu estatuto terminológico, pois estão vulgarizadas.

Se por ventura observarmos a estrutura mórfica das unidades lexicais, poderemos precisamente notar alguns processos fonéticos e morfossemânticos.

Tendo em conta os processos fonéticos, notámos, a partir de uma comparação entre a forma vernácula e a unidade validada como empréstimos, a ocorrência de prótese, isto é, a adição de um fonema no início de uma “forma”. A título ilustrativo, podemos verificá-lo nas seguintes unidades lexicais: *Mbaka* > *Ambaca*; *Ngola* > *Angola*; *nguba* > *ginguba*.

É evidente a ocorrência de aférese, ou seja, supressão de fonema no início de uma “forma”, como podemos ver em *kutunga* > *tunga*; *Elunda* > *Lunda*; *Ndembo* > *Dembo*; *Ndandji* > *Dande*; *mbombo* > *bombô*; *Mbengu* > *Bengo*; *ngoma* > *goma*. Além da aférese, notamos também a desnasalização (*nd* > *d*; *mb* > *b*; *ng* > *g*), nas últimas cinco unidades lexicais e em *Kambinda* > *Cabinda*.

Há casos em que ocorre a síncope, isto é, supressão de um fonema no meio de uma forma. Para ilustrar, consideremos as seguintes unidades lexicais: *Katombelwa* > *Catumbela*. É de importância vital realçar o facto de velarização – mudança de um som não-velar para velar – em *tchilengue* > *quilengue*. Tais processos fonéticos são, por um lado, um reflexo do desconhecimento do funcionamento das línguas bantu e, por outro, uma tentativa de aportuguesamento das unidades lexicais.

Relativamente aos aspetos morfossemânticos, algumas unidades lexicais mantiveram a sua forma gráfica e o significado, como é, por exemplo, o caso de *marimba* > *marimba*; *mateba* > *mateba*; *muamba* > *muamba*; *soba* > *soba*. Dissemelhante destas unidades lexicais,

caso atentemos em *muxima* > *muxima*, cujo equivalente em português é coração, notamos que manteve a forma gráfica, mas nela ocorre uma extensão semântica, ou seja, ampliou-se o seu significado. Tal extensão semântica ocorre precisamente desde o momento em que se estabeleceu o santuário católico na região.

Quanto aos processos de formação dos empréstimos, notámos uma maior produtividade a nível da derivação prefixal. Julgamos importante sublinhar que, nas línguas *bantu*, a pluralização é feita prefixalmente. Quanto à formação dos empréstimos compostos, notámos uma produtividade a nível da composição sintagmática.

No nosso *corpus* de exclusão, encontrámos apenas um verbo proveniente do *kimbundu*, a saber: *uafo*, cuja forma vernácula é *wafu*. Tendo em conta o modelo de princípios e parâmetros, relativamente à seleção categorial e à seleção semântica, a unidade lexical (*wafu*) é um verbo de predicado unário e seleciona um argumento interno com o papel semântico de paciente. Além disso, o verbo é, com o pronome, a classe de palavras sujeita à categoria de pessoa. (cf. Benveniste, 1992:17).

Visto que o conhecimento, segundo Foucault (1966:10), é, na sua essência, interpretação, a tendência para o aportuguesamento dos empréstimos deve-se, por um lado, ao desconhecimento do funcionamento do sistema linguístico das línguas *bantu*. Por outro lado, ao sistema de educação da época colonial.

Sob o ponto de vista histórico e pedagógico, ao falarmos sobre o sistema educativo da época colonial, não nos podemos olvidar de que todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e poderes que eles transportam consigo. (cf. Foucault, 1997:33). O Governo de Portugal, adotando o sistema assimilacionista francês segundo o qual a língua colonial deveria ser a única língua de contacto no ensino e o instrumento que propicia a assimilação cultural, autorizou, assim, o uso das línguas *bantu* apenas para a instrução religiosa.

5. BIBLIOGRAFIA

5.1. BIBLIOGRAFIA GERAL

ALTUNA, Raúl de Asúa – *Cultura Tradicional Bantu*. 2ª Edição. Paulinas, Águeda, 2006.

ALVES, Ieda – *A Integração dos Neologismos por Empréstimo ao Léxico Português*. São Paulo: Alfa, 1984.

_____, *Neologismos*. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1994.

APRESJAN, J. – “Analyse Distributionnelle des Significations et Champs Sémantiques Structurés”. in *Langage*, 1. Paris: Didier-Larousse, 1974.

BARROS, Lídia Almeida – *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

BASILIO, Margarida – *Teoria Lexical*. 7ª Edição. São Paulo: Ática, 2000.

BENVENISTE, Émile – *O Homem na Linguagem*. 2ª Edição. Tradução de Isabel Maria Lucas Pascoal. Lisboa: Editora Vega, 1992.

CABRÉ, Maria Teresa – “Un Projet Sur La Néologie de Large Difusion – Observatori de Neologia.” in *Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*. Atas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990.

CARROLL, John B. – *O Estudo da Linguagem*. Tradução de Vicente Pereira de Sousa. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1973.

CARVALHO, Henrique A. D. de – *O Jagado de Cassange na Província de Angola*. Lisboa: Typographia de Cristovão Augusto Rodrigues, 1898.

CHICUNA, Alexandre Mavungo – *Portuguesismos nas Línguas Bantu: para um Dicionário Português-Kiyombe*. 2ª Edição. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

CONTENTE, Madalena – “Terminologia Médica – A Problemática das Equivalências”. in *Terminologias n.ºs 9 -10*. Lisboa: Associação de Terminologia Portuguesa – TERMIP, 1994.

CORNEILLE, Jean-Pierre – *A Linguística Estrutural – Seu Alcance e Seus Limites*. Tradução de Fernanda Dantas Ferreira. Paris: Librairie Larousse, 1976.

CORREIA, Margarita e LEMOS, Lúcia San Payo de. - *Inovação Lexical em Português*. 2.ª Tiragem. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

CORREIA, Margarita – *Os Dicionários Portugueses*. Lisboa: Editorial Caminho, 2012.

COSERIU, Eugenio – “Structures Lexicales et enseignement du vocabulaire.” in *Les Théories Linguistiques et Leurs Applications*. Aidelá: Conseil de la Coopération Culturelle de l’Europe, 1967.

COSTA, António Fernandes – *Rupturas Estruturais do Português e Línguas Bantu em Angola – para uma Análise Diferencial*. Luanda: Universidade Católica de Angola (UCAN), 2006.

COSTA, Maria Rute Vilhena – “Corpus de spécialité: une question de types ou de genres de textes ou de discours”, de la mesure des mot, *Actas do Colóquio em Homenagem a Philippe Thoiron*, Lyon [no prelo]: Université Lumière 2, 2005.

DESMET, Isabel Maria – “A Propósito da Neologia Terminológica: O Caso do Empréstimo”. in *Colóquio de Lexicologia e Lexicografia*. Atas. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1990.

DUBOIS, Claude, DUBOIS Jean – *Introduction à la Lexicographie: Le Dictionnaire*. Paris: Librairie Larousse, 1971.

DUBOIS-CHARLIER, Françoise, LEEMAN, Danielle – *Bases de Análise Linguística*. Tradução de João Andrade Peres. Coimbra: Livraria Almedina, 1976.

ECO, Umberto – *Semiótica e Filosofia da Linguagem*. Tradução de Maria de Bragança. Lisboa: A Casa do Livro, 1984.

ENDRUSCHAT, Annette e SCHMIDT-RADEFELDT, Jürgen – *Introdução Básica à Linguística do Português*. Tradução de António Franco. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro da Literatura Angolana*. 3ª Edição. Lisboa: Sociedade Cultural de Angola, [s.d].

FOUCAULT, Michel – *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Tradução de António Ramos Rosa. Lisboa: Edições 70, 1966.

_____ - *A Ordem do Discurso. Aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de Dezembro de 1970*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 1997.

FREGE, Gottlob – *Estudios sobre Semántica*. 2.ª Edição. Barcelona: Editorial Ariel, 1973.

GOUADEC, D. – *Terminologie – Constitution des Donnés*. Paris: Afnor Gestion, 1990.

GUILBERT, Louis – *La Créativité Lexicale*. Paris: Larousse, 1975.

GUIRAUD, Pierre – *Les Mots Étrangers*. 2.ª Edição. Paris: Boulevard Saint-Germain, 1971.

_____ – *Le Langage du Corps*. Paris: Boulevard Saint-Germain, 1980.

GUTHRIE, Malcolm – *Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Volume 2. Londres: Gregg International Publishers, 1971.

HALLIDAY, M. – “Lexicology”. in *Lexicology and Corpus Linguistics: An Introduction*. London: Continuum, 2004.

HAMILTON, Russel G. – *Literatura Africana Literatura Necessária I – Angola*. Lisboa: Edições 70, 1975.

INTERNATIONAL STANDARD ISO - Norme1087-1. First edition, 2000.

ISQUERDO, Aparecida Negri e Oliveira, A.P. – *As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia*. 3.^a Edição. Campo Grande: Editora da UFMS. V.01, 2001.

KENNEDY, Graeme – *An Introduction to Corpus Linguistics*. Londres: Longman, 1998.

LLAMAZARES, Milka Villayandre – “Lingüística con Corpus”. in *Filología*. León: Universidad de León, 2008.

LERAT, Pierre – “Les Fondements Theoriques de La Terminologie”. in *La Banque des Mots*. Paris: Conseil International de La Langue Française, 1989.

LEHMAN, Alise, MARTIN-BERTHET, Françoise – *Introduction à La Lexicologie Sémantique et Morphologie*. Paris: Éditions Nathan, 2000.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca – “Análise Léxico-Semântica”. in *Letras Soltas* 2, Edição Secção de Linguística, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa, 1984.

_____ – “De la Néologie à la Lexicographie de Spécialité d’Apprentissage”, *Cahiers de Lexicologie*, nº 78, Paris, Champion, pp.139-145, 2001.

_____ – Coordenação de “Vocabulaires de spécialité et Lexicographie d’apprentissage en langues-cultures maternelles et étrangères”, *Revue Etudes de Linguistique Appliquée*, nº 135, Paris, Klincksieck, 2004.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca, MEDINA, Daniel, GRÔS, Ana Pita e CHICUNA, Alexandre Mavungo – “Neologia e Terminologia e Lexicultura. A Língua Portuguesa em contacto de Línguas”, in *Revista de Filologia e Linguística Portuguesa*, 42 (2), Universidade de São Paulo, indexada em Latindex, 2010.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca – “L’Idiomaticité en Portugais du point de vue de la Terminologie et de la néonymie – Les collocations Terminologiques”, in *Actes du Colloque L’Idiomaticité dans les Langues Romanes*, Paris, Université de Paris 8, Dez. 2009, 2010.

_____ – (em col.) “La Langue Médicale: Collocations Terminologiques et Pragmatèmes”, in GLAT, 2015.

_____ – *Adaptation aux Diversités : médiations et traductions, approches interdisciplinaires*, Brest. 2014.

_____ – *Um Projecto em Terminodidáctica*. Lisboa : Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, [s.d].

MARCHAND, F. – *Les Analyses de la Langue*. Paris: Delagrave, 1975.

MASCARENHAS, Filipe Martins Barbosa de – *Memórias de Icolo e Bengo: Figuras e Família*. Luanda: EAL – Edições de Angola, 2008.

MILNER, J. – *Introduction à une Science du Langage*. Paris: Le Seuil, 1989.

MINEIRO, Imara Bemfica, BEMFICA, Juliana do Couto, PEREIRA CARDOSO, Ana Maria “Da Invenção do Alfabeto à Internet: Elementos para uma Reflexão sobre as Práticas de Escrita e Leitura ao Longo dos Tempos.” in *Estudios sobre Las Culturas Contemporáneas*. <http://widgets.ebscohost.com/prod/customerspecific/ns000558/fakeproxy/index.php?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=a9h&AN=79544446&lang=pt.br&site=eds-live>.

Data de acesso: 13 de dezembro de 2016.

MOIA, Telmo – “Semântica e Pragmática”. in *Manual de Linguística Portuguesa*. Lisboa: Mouton De Gruyter, 2016.

NETO, Miguel Gaspar – *Os Sacrificados de Icolo e Bengo*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), 2006.

PAVEL, Silva, PAVEL, Diane – *Manual de Terminologia*. Tradução de Enilde Fauslistich. Disponível em <https://linguisticadocumentaria.files.wordpress.com/2011/03/pavel-terminologia.pdf>. Data de acesso: novembro de 2016.

POTTIER, Bernard – *La Semántica y los Criterios Funcionales*. in Ata I. AIH. (1962). Disponível em http://cvc.cervantes.es/literatura/aih/pdf/01/aih_01_1_043.pdf. Data de acesso: dezembro de 2016.

QUEMADA, Bernard — “A Propos de la Néologie”. *La Banque des Mots*, Paris: 2, 137-50, 1971.

RASTIER, François – “Enjeux épistémologiques de la linguistique de corpus”. in *La Linguistique de Corpus*. Presses Universitaire de Rennes, 2005.

REY, Alain – *La Sémantique*. Paris: Librairie Larousse, 1969.

_____, *La Lexicologie*. Paris: Klincksieck, 1970.

SABLAYROLLES, Jean-François – *La Néologie en Français Contemporain: Examen du Concept et analyse de Productions Néologiques Récentes*. Paris: Honoré Champion Éditeur, 2000.

SAGER, Juan C. – *Curso Práctico sobre el Procesamiento de la Terminología*. Traduzido por Laura Chumillas Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1990.

SANROMÁN, Álvaro Iriarte - *A Unidade Lexicográfica: Palavras, Colocações, Frasemas, Pragmatemas*. Editora: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2001.

SAPIR, Edward – “Language and Environment.” in *Selected Writings of Edward Sapir*. Berkeley, 1958.

SARDINHA, Tony Berber – *Linguística de Corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

SAUSSURE, Ferdinand – *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1976.

SILVA, Maria, OLIVEIRA, Maria – “Bibliotecário pesquisador: Um estudo com topónimos transplantados”. In *XXXV Encontro Nacional de Estudos de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação, Escola de Ciência da Informação* – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – 15-22 de julho. Em *Múltiplos Olhares em Ciências da Informação*, V.2, nº2, outubro, 2012.

SINCLAIR, John – “Corpus and text – basic principles”. in *Developing Linguistic Corpora: a Guide to Good Practice*. Oxford Oxbow Book, 2005. Disponível em <http://www.ahds.ac.uk/creating/guides/linguistic-corpora/index.htm>. Data de acesso: 3 de janeiro de 2017.

TORRUELA, Joan, LLISTERRI, Joaquim – “Deseño de corpus textuales y orales”. in BLECUA, J.M. – CLAVERIA, G. – SÁNCHEZ, C. – TORRUELLA, J. (Eds.) *Filología e Informática. Nuevas Tecnologías en los Estudios Filológicos*. Barcelona: Seminário de Filología e Informática, Departamento de Filología Española, Universidade Autónoma de Barcelona – Editorial Milenio, 1999. pp.45-47 Disponível em: http://liceu.uab.es/~joaquim/publicacions/Torruella_Llisterri_99.pdf. Data de acesso: 6 de janeiro de 2017.

ULLMANN, Stephen – *Semântica: Uma Introdução à Ciência do Significado*. Tradução de Osório Martins. 4.^a Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VILELA, Mário – *Estruturas Léxicas do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1979.

_____, *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

WEINRICH, Harald – “A Verdade dos Dicionários.” in *Problemas da Lexicologia e Lexicografia*. Traduzido por Mário Vilela. Porto: Livraria Civilização, 1979.

WYNNE, Martin – *Developing Linguistic Corpora: a Guide to Good Practice*. Oxford Oxbow Book, 2005. Disponível em <http://www.ahds.ac.uk/creating/guides/linguistic-corpora/index.htm>. Data de acesso: 3 de janeiro de 2017.

5.2. GRAMÁTICAS

BECHARA, Evanildo – *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*. 1.^a Edição, 6.^a Reimpressão. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al* – *Gramática da Língua Portuguesa*. 7.^a Edição. Lisboa: Editorial Caminho, 2006.

MARTINS, João Vicente – *Elementos de Gramática de Utchokwe*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990.

QUINTÃO, José Luiz – *Gramática de Kimbundo*. Edições Descobrimentos, 1934.

VALENTE, Pe. José Francisco – *Gramática Umbundu – A Língua do Centro de Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1964.

5.3. DICIONÁRIOS

DUCROT, Oswald, TODOROV, Tzvetan – *Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage*. Paris: Éditions du Seuil, 1972.

GALISSON, Robert, COSTE, D. – *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Tradução de Adelina Angélica Pinto *et al.* Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

LAMAS, Estrela Pinto Ribeiro *et al* – *Dicionário de Metalinguagens da Didáctica*. Porto: Porto Editora, 2000.

LINO, Maria Teresa Rijo da Fonseca *et al* – “Terminologia da Lexicologia, da Lexicografia, da Terminologia e da Terminografia” in *Dicionário de Termos Linguísticos*. Lisboa: Cosmo, 1991.

MAIA, Pe. António da Silva – *Dicionário Complementar Português, Kimbundu, Kikongo*. 2.^a Edição. Lisboa: Cooperação Portuguesa, Editorial Missões (Cucujães), 1994.

RIBAS, Óscar – *Dicionário de Regionalismos Angolanos*. Lisboa: Mercado de Letras, 2014.

TRASK, Robert Lawrence – *A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistic*. London: Routledge, 1993.

5.4. DOCUMENTOS

FERREIRA, Francisco de Salles – “Memórias sobre Cassange”. in *Boletim do Conselho Ultramarino n.º 2 de março de 1854*.



6. ANEXOS

6.1. PLANO DOS PERIÓDICOS DA ÉPOCA COLONIAL

6.1.1. GERAÇÃO DE 1800 (1845 a 1891)

N.º	NOME	DATA DE PUBLICAÇÃO	FUNDADOR(ES)	OBSERVAÇÃO
1	<i>Boletim Oficial</i>	(1845)	Pedro Alexandrino da Cunha	Era um jornal rudimentar.
2	<i>A Aurora</i>	(1855)	-	Considerado o 1.º periódico. Supõe-se que teria sido de feição literária e recreativa.
3	<i>A Civilização⁴⁴ da África Portuguesa</i>	(1866)	Urbano de Castro Pedro Alfredo Mântua	Semanário que tratava de interesses administrativos, económicos, mercantis, agrícolas e industriais da África Portuguesa, particularmente de

⁴⁴ O morfema lexical era grafado desta forma.

				Angola e S. Tomé.
4	<i>O Comércio de Loanda</i>	(1867)	-	-
5	<i>O Mercantil</i>	(1870)	-	-
6	<i>O Cruzeiro do Sul</i>	(1873)	-	-
7	<i>Jornal de Loanda</i>	(1878)	Alfredo Trony	-
8	<i>O Echo de Angola</i>	(1881)	-	É o 1.º jornal de africanos.
9	<i>O Futuro de Angola</i>	(1882)	-	-
10	<i>O Pharol do Povo</i>	(1883)	-	Cabe-nos o dever de realçar o jornalista José de Fontes Pereira, uma das figuras mais

				prestigiadas deste periódico.
11	<i>O Serão</i>	(1886)	-	O jornal <i>O Serão</i> era publicado todos os dias 10 de cada mês. Supõe-se que não terá passado do quarto número.
12	<i>O Mukuarimi</i>	(1887)?	Alfredo Trony	-
13	<i>O Muen'exi</i>	(1889)	-	-
14	<i>O Desastre</i>	(1889)	-	-
15	<i>O Arauto Africano</i>	(1889)	-	-
16	<i>O Polícia Africano</i>	(1890)	-	-

17	<i>Os Conselhos de Leste</i>	(1891)	Alfredo Trony	-
18	<i>Gazeta de Portugal</i>	[s. d.]	-	-
19	<i>Almanach de Lembranças</i>	[s. d.]	-	A partir de 1872, passou a denominar-se <i>Almanach de Lembranças Luso-Brasileiras</i> .

Fonte: Ervedosa ([s.d])⁴⁵

⁴⁵ Servimo-nos da terceira edição do *Roteiro da Literatura Angolana*.

6.1.2. GERAÇÃO DE 1900 (1901 a 1951)

N.º	NOME	DATA DE PUBLICAÇÃO	FUNDADOR(ES)	OBSERVAÇÃO
1	<i>Voz d'Angola – Clamando no Deserto</i>	(1901)	-	Pedro da Paixão Franco aparece como membro da comissão organizativa do volume.
2	<i>Luz e Crença</i>	(1902)	Pedro da Paixão Franco	Coletânea de ensaios literários dos escritores angolanos, que reunia contos, poesias, temas de história e etnografia angolenses, biografias, charadas, enigmas e logótipos.
3	<i>O Independente</i>	(1912)	António Simões Raposo	Mimoso Moreira e António Videira aparecem como colaboradores mais próximos de António Simões Raposo na elaboração e publicação deste semanário.
4	<i>A Província de Angola</i>	(1923)	Adolfo Pina	É um semanário.

5	<i>A Vanguarda</i>	(1929)	-	-
6	<i>Cultura</i>	(1945)	-	Jornal de artes e letras.
7	<i>Mensagem</i>	(1948)	Casa dos Estudantes do Império (CEI)	Publicava boletins literários.
8	<i>Meridiano</i>	(1948)	-	Publicava boletins literários em Coimbra.
9	<i>Mensagem – A Voz dos Naturais de Angola</i>	(1951)	Associação dos Novos Intelectuais de Angola	É uma revista.

10	<i>Ensaio Literários</i>	[s. d.]	Francisco Castelbranco	-
11	<i>O Intransigente</i>	[s. d.]	-	É um jornal.
12	<i>O Estudante</i>	[s. d.]	-	Jornal do Liceu de Luanda
13	<i>Padrão</i>	[s. d.]	-	Jornal do Liceu do Lubango

Fonte: Ervedosa ([s.d])

